



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

**Políticas Linguísticas: seleção para cursos de mestrado na área
de Letras/Linguística**

Ana Júlia Miranda Castro

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Niederauer

Brasília

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC355p	<p>Castro, Ana Júlia Miranda Políticas Linguísticas: seleção para cursos de mestrado na área de Letras/Linguística / Ana Júlia Miranda Castro; orientador Márcia Niederauer. -- Brasília, 2023. 79 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2023.</p> <p>1. Políticas linguísticas. 2. Língua estrangeira. 3. Mestrado. I. Niederauer, Márcia, orient. II. Título.</p>
--------	--

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Marcia Niederauer por quem tenho admiração e respeito pela mulher e pesquisadora de grande contribuição acadêmica que me acolheu e compartilhou não só o conhecimento, mas toda resiliência e sabedoria para que essa pesquisa fosse possível.

Agradeço às professoras Maria Teresa Celada e Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles pelas contribuições e suporte a esta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à esta pesquisa e à ciência brasileira.

Agradeço aos meus professores Mara Lúcia Castilho, Edson Souza, Fabrício Fernandes, Marcela Magalhães, Bruna Zocaratto, Newton Lima, Karina Nunes, Luciana Silva, Isabela Mundim e tantos outros, do Instituto Federal de Brasília por quem construí parceria e imenso carinho e hoje colho os frutos de tanta aprendizagem.

Agradeço ao meu pai Eder Alonso e minha irmã Maria Cecília por embarcarem nessa jornada comigo e me apoiarem até quando eu não sabia precisar do apoio. Agradeço aos meus amigos e parceiros de vida José Luiz, Francisco, Agatha, Paulo, Ailamar e Pedro por estarem ao meu lado e serem tão compreensivos comigo.

Agradeço à minha mãe Leny por ser influência tão grande e me introduzir ao mundo das línguas, abrindo-me as portas ao universo linguístico, mesmo hoje habitando apenas em minhas lembranças. A memória de quem ela foi e a presença que ainda tem em mim é o que me torna a professora, pesquisadora e mulher que, orgulhosamente, sou.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivos: a análise do nível de multilinguismo dos cursos de mestrado na área de avaliação da Capes Letras/Linguística, o exame do perfil dos candidatos, em termos de multilinguismo, com base na escolha da língua estrangeira na seleção e o que determina essa escolha. A metodologia adotada para este estudo foi a mista. E seu corpus é composto por análise documental de editais dos cursos de Letras/Linguística dos anos de 2018-2021, análise de questionários aplicados a mestres dos cursos pesquisados e das dissertações desses respondentes e de outras dissertações selecionadas de maneira aleatória. A fundamentação teórica apoia-se nos conceitos de política linguística (SPOLSKY, 2016; CALVET, 2007; MCCARTY, 2011), além de discussões sobre a hegemonia da língua inglesa sobre outras línguas (HAMEL, 2013; ARNOUX, 2019; RAJAGOPALAN, 2003). Os resultados apontam que os processos seletivos de seleção para mestrado em Letras/Linguística são multilíngues ao permitirem mais de uma língua estrangeira como língua de proficiência. Há, porém, notável privilégio da língua inglesa em detrimento das outras nesses processos, sendo esta presente em mais de 80% dos editais. O destaque do inglês se deu também no uso real da língua, quando analisamos as bibliografias das dissertações de mestres em Letras/Linguística e percebemos que, mesmo comprovando proficiência em uma língua estrangeira que não o inglês, a quantidade de citação em inglês era maior do que na língua de proficiência. Finalmente, constatamos a necessidade de se implementar uma política linguística universitária multilíngue que dê conta da diversidade linguística envolvida no processo de seleção e durante o próprio mestrado.

Abstract

This research aims to analyze the level of multilingualism of master's courses in the area of Literature and Linguistics, to analyze the profile of candidates, in terms of multilingualism, based on the choice of FL in the selection and what determines the choice of each LE. The methodology adopted for this study was mixed. And its corpus is composed of document analysis of public notices of Languages/Linguistics courses from the years 2018-2021, analysis of questionnaires applied to masters of the surveyed courses and the dissertations of these respondents and other dissertations selected at random. The theoretical foundation is based on the concepts of language policy (SPOLSKY, 2016; CALVET, 2007; MCCARTY, 2011), as well as discussions on the hegemony of the English language over other languages (HAMEL, 2013; ARNOUX, 2019; RAJAGOPALAN, 2003). The results point out that the selective selection processes for the master's degree in Literature/Linguistics are multilingual by allowing more than one foreign language as a proficiency language. There is, however, a notable privilege of the English language to the detriment of others in these processes, which is present in more than 80% of the public notices. The prominence of English also occurred in the actual use of the language, when we analyzed the bibliographies of masters' dissertations in Literature/Linguistics and realized that even proving proficiency in a FL other than English, the number of citations in English was greater than in the proficiency language. Finally, we found the need to implement a multilingual university linguistic policy that considers the linguistic diversity involved in the selection process and during the master's degree itself.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivos: analizar el nivel de multilingüismo de los cursos de maestría en el área de Literatura y Lingüística, examinar el perfil de los candidatos, en términos de multilingüismo, en función de la elección de lengua extranjera en la selección y lo que determina esa elección. La metodología adoptada para este estudio fue mixta. Y su corpus está compuesto por análisis de documentos de avisos públicos de cursos de Idiomas/Lingüística de los años 2018-2021, análisis de cuestionarios aplicados a estudiantes que hicieron maestrías en los cursos encuestados y sus tesis, así como de otras tesis seleccionadas al azar. La fundamentación teórica se basa en los conceptos de política lingüística (SPOLSKY,2016; CALVET,2007; MCCARTY,2011), así como discusiones sobre la hegemonía del idioma inglés sobre otros idiomas (HAMEL, 2013; ARNOUX, 2019; RAJAGOPALAN,2003). Los resultados apuntan que los procesos de selección para la maestría en Literatura/Lingüística son multilingües al permitir más de una lengua extranjera como lengua de conocimiento. Hay, sin embargo, un notable privilegio del idioma inglés en detrimento de otros en estos procesos, que está presente en más del 80% de los avisos públicos. El protagonismo del inglés también se dio en el uso real del idioma, cuando analizamos las bibliografías de tesis de maestría en Literatura/Lingüística y nos dimos cuenta de que, incluso si demuestra dominio en una lengua extranjera diferente al inglés, el número de citas en inglés era mayor que en el idioma de dominio. Finalmente, encontramos la necesidad de implementar una política lingüística universitaria plurilingüe que tenga en cuenta la diversidad lingüística implicada en el proceso de selección y durante la propia maestría.

LISTA DE SIGLAS

APCN – Apresentação de Propostas para Cursos Novos

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

LE – Língua Estrangeira

LP – Língua de Proficiência

L1 – Língua Materna

MEC – Ministério da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PG – Pós-Graduação

PPG – Programa de Pós-Graduação

UDF – Universidade do Distrito Federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Porcentagens de cursos de Pós-Graduação (PG) com relação ao número de Línguas de Proficiência (LP) possíveis exigidas no edital de seleção de cada curso.....	40
Figura 2 - Porcentagem de cursos de Pós-Graduação (PG) que aceitam uma certa Língua Estrangeira (LE) como Língua de Proficiência nos seus editais de seleção.....	41
Figura 3 - Porcentagens de cursos de Pós-Graduação (PG) com relação a ter ou não ter bibliografia em Língua Estrangeira (LE) nos editais de seleção dos cursos.	42
Figura 4 - Porcentagens de cursos de Pós-Graduação (PG) com relação ao conceito de avaliação da CAPES.....	44
Figura 5 - Média do número de Línguas de Proficiência (LP) para os cursos de Pós-Graduação com mesma classificação no conceito Capes.....	45
Figura 6 - Comprovação de proficiência em LE	47
Figura 7 - Proporção dos tipos de comprovação em Língua de Proficiência (LP) que são exigidas nos editais dos cursos de Pós-Graduação (PG).....	48
Figura 8 - Proporção de alunos que comprovaram proficiência em uma certa Língua Estrangeira (LE).....	49
Figura 9 - Proporção de alunos em função da razão para escolha de uma certa Língua Estrangeira (LE) como Língua de Proficiência (LP). LM é a abreviação para Língua Materna.....	50
Figura 10 - Proporção de alunos em função das respostas a questão se os testes de proficiência, exigidos pelos cursos de Pós-Graduação (PG), avaliaram corretamente sua proficiência em uma Língua Estrangeira (LE)	51
Figura 11 - Proporção de alunos em função do tipo de utilização da Língua de Proficiência (LP) no seu curso de Pós-Graduação (PG).....	52
Figura 12 - Média de referências bibliográficas em Língua Inglesa dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em inglês, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em inglês.....	54
Figura 13 - Média de referências bibliográficas em Língua Espanhola dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em espanhol, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em espanhol.	55
Figura 14 - Média de referências bibliográficas em Língua Francesa dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em francês, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em francês.....	56
Figura 15 - Esta figura sintetiza os resultados apresentados nas figuras 11, 12 e 13. Comparamos as médias de referências na Língua de Proficiência (LP) dos alunos que comprovaram proficiência nesta LP versus aqueles alunos que não.....	57
Figura 16 -Esta figura é complementar à figura 15 e compara a média de referências nas dissertações de mestrado na Língua de Proficiência (LP) com a média de referências em outras línguas diferentes da LP.....	58
Figura 17 - Comparação da média de referências em Língua Estrangeira (LE) em função dos cursos de Pós-Graduação (PG) exigirem uma Língua de Proficiência (LP) ou não.....	59

Figura 18 - Comparação da média de referências em Língua Estrangeira (LE) em função dos cursos de Pós-Graduação (PG) exigirem uma Língua de Proficiência (LP) ou não.....	60
Figura 19 - Média de referências em Língua Estrangeira (LE) nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).....	61
Figura 20 - Média de referências em Língua Inglesa nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).....	62
Figura 21 - Média de referências em Língua Espanhola nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).....	63
Figura 22 - Média de referências em Língua Francesa nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).....	64
Figura 23 - Média de referências em qualquer Língua Estrangeira (LE) nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG)..	64

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
1. Definições e delimitações metodológicas	17
1.1 Editais de seleção para cursos de mestrado na área: práticas, crenças e gestão	20
1.2 Bibliografias de dissertações defendidas em PPGs da área: práticas e crenças	21
1.3 Questionários de egressos de cursos de mestrado na área: crenças	22
CAPÍTULO 2	24
2. Políticas Linguísticas na ciência e na pós-graduação	24
2.1 Políticas Linguísticas	24
2.2 Línguas, ciências e pós-graduação	27
2.3 Políticas Linguísticas em PPGs em Letras/Linguística: o domínio e suas forças	30
2.3.1 Mestrado no Brasil: um domínio e suas forças externas e internas.....	30
2.3.2 O mestrado em Letras/Linguística no Brasil.....	33
2.4 O Edital: gestão como política linguística	34
CAPÍTULO 3	38
3. ANÁLISES E DISCUSSÕES	38
3.1 Gestão: Edital	38
3.1.1 Línguas estrangeiras e seus objetivos quanto à exigência nos processos seletivos para ingresso no mestrado	39
3.2 Crenças de egressos de cursos de mestrado em Letras/Linguística	46
3.3 Práticas: Bibliografias	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	74
ANEXOS	76

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa nasceu distante do que hoje, de fato, se apresenta. Entrei no mestrado com a intenção de expandir meu conhecimento sobre Políticas Linguísticas – tema que foi pouco abordado na minha graduação no curso de Licenciatura em Letras-Língua Inglesa – e estudá-lo na perspectiva das políticas públicas de educação para o ensino médio. Ou seja, pretendia compreender as políticas linguísticas oficiais que justificam a língua inglesa como a que deve ser estudada no ensino médio, segundo as normativas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com o tempo e direcionamento de minha orientadora, fui percebendo que meu objetivo de pesquisa não só era muito ambicioso para um mestrado, mas também que não parecia mais tão interessante para mim no momento. Diante disso, fiquei um período deslocada e sem saber o que, de fato, pesquisaria. Mesmo assim, continuei estudando sobre políticas linguísticas, ideologia e ensino de línguas estrangeiras, principalmente do inglês. A partir dessas leituras e da interação com colegas de diferentes áreas, nas mais diversas disciplinas, fui ficando inclinada a realizar uma pesquisa que abrangesse não apenas o ensino de língua inglesa, mas o impacto de não serem contempladas outras línguas.

Iniciei, assim, uma busca – movida pela leitura do artigo *Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina*, de Rainer Enrique Hamel (2017, p.229), no qual discute o suposto “predomínio irreversível” da língua inglesa na América Latina – para compreender os motivos que, segundo o autor, levam boa parte das pesquisas acadêmicas a serem escritas em língua inglesa. Para esse fim, realizei leituras na área e senti necessidade de dar um passo para trás¹, recorrendo a fatores que precedem a publicação de pesquisas, como a formação do sujeito pesquisador.

Posto isto, em reflexões com minha orientadora, comecei a questionar acerca das possíveis razões da suposta obrigatoriedade de comprovação de proficiência² em

¹ Passo que, na opinião da minha orientadora, foi para frente.

² Durante a pesquisa, os termos “suficiência” e “conhecimento em língua estrangeira” são utilizados como sinônimos de proficiência, haja vista que são empregados para referir-se às questões similares à de proficiência em línguas estrangeiras.

língua inglesa, nos editais para seleção de candidatos a cursos de mestrado na área de avaliação de Letras / Linguística no Brasil³. Tinha, para mim, que assim como o curso de mestrado da Universidade de Brasília (UnB), do qual faço parte, todos os outros sujeitariam os candidatos a uma prova de proficiência em língua inglesa. Por isso e por ser licenciada em língua inglesa, meu foco inicial era o estudo da suposta obrigatoriedade de proficiência em inglês para ingresso no mestrado.

Porém, a partir das primeiras leituras dos editais de mestrado da área de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes daqui em diante) Letras / Linguística, ficou evidente que a exigência de comprovação de proficiência em uma língua estrangeira (LE daqui em diante) não se restringia necessariamente ao inglês, mas abrangia diversas línguas, ou seja, muitos cursos que requerem comprovação de proficiência, a língua não é a inglesa. Outro ponto que me chamou a atenção foi que o termo proficiência, em vários editais, é substituído por suficiência ou conhecimentos instrumentais em língua estrangeira.

A análise inicial dos editais me permitiu verificar também que, em algumas seleções, os candidatos deveriam comprovar proficiência em uma língua específica, em outras, poderiam escolher uma entre diversas línguas, havendo ainda seleções que não requereriam qualquer comprovação de proficiência. Essa temática, apesar de desafiadora, me encantou e se transformou na pesquisa que hoje apresento. Acredito que a descrição de Ricento (2005, p. 11-12) sobre a pesquisa na área de Política Linguística é bastante apropriada ao meu percurso neste campo:

[Política Linguística] não é apenas um exercício de investigação filosófica; está interessada em abordar problemas sociais que muitas vezes envolvem linguagem, em um grau ou outro, [...]. Essa busca por respostas, no entanto, não começa em um vácuo teórico ou metodológico. Os pesquisadores começam com os pressupostos sobre “como o mundo funciona” e, numa situação ideal, se envolvem reflexivamente com os tópicos que escolhem investigar, questionando e examinando seus pressupostos epistemológicos e teóricos sobre uma série de assuntos, enquanto tentam entender os fenômenos dos quais eles participam e a partir dos quais suas perspectivas são formadas. O início da sabedoria é o reconhecimento de que, nessa pesquisa, a objetividade “científica” imparcial não é possível, já que os pesquisadores sempre começam com

³ Referente às áreas de avaliação estabelecidas pela Capes (2017), a saber: estudos linguísticos, literários, estudos de tradução, estudos culturais, aplicados, dentre outros como aqueles a serem avaliados pela área Linguística/Literatura.

experiências e posições particulares sobre o que o “bem” social pode ser e que tipo de mudanças na política social pode promover uma visão particular desse bem.

Foi a partir desta perspectiva e da ideia de iniciar a pesquisa baseada em minhas “experiências e posições particulares”, conforme indica Ricento (2005, p.12), que definimos os objetivos que buscamos alcançar nesta pesquisa, a saber: (a) o nível de multilinguismo dos cursos de mestrado na área de avaliação da Capes Letras / Linguística; (b) o perfil dos candidatos, em termos de multilinguismo e, por fim; (c) o que determina a escolha de cada LE (na seleção⁴). Na esteira da perspectiva crítica dos estudos da linguagem, este trabalho não se propõe indicar soluções pontuais (MOITA LOPES, 2006) ou diagnosticar “problemas” no uso da língua, em seu ensino ou em sua avaliação, mas sim problematizar questões de linguagem, no âmbito das políticas linguísticas nos programas de pós-graduação (PPG daqui em diante) da área, como forma de ação social.

Do ponto de vista teórico, partimos dos estudos de Calvet (2007), Ricento (2005), McCarty (2011) e Spolsky (2016) sobre Políticas Linguísticas, dos de Hamel (2013) e Arnoux (2019) acerca do predomínio do inglês na ciência e no ensino superior na América Latina e das discussões de Rajagopalan (2003) sobre a predominância da língua inglesa em detrimento de outras línguas do mundo.

Em busca de alcançar os objetivos estabelecidos, empregamos procedimentos de cunho qualitativo e quantitativo de investigação. As informações obtidas nos editais e nos questionários foram inseridas em planilhas do Excel e, por meio deste software da Microsoft, foram realizados os cálculos que nos permitiriam analisar dados quantitativos. Se, por um lado, a estatística básica nos possibilitou a criação de um amplo banco de dados no qual foram registrados um número significativo de informações – coletadas nos editais, nos questionários e em bibliografias de dissertações da área, por outro, a perspectiva qualitativa foi determinante para a coleta dessas informações e a geração de dados, uma vez que demandaram a leitura de cada edital e de cada bibliografia para seleção das informações relevantes.

Na esteira da perspectiva qualitativa está também o modelo que empregamos para a análise das políticas linguísticas nos cursos de mestrado na área de Letras /

⁴ Os editais de seleção analisados neste trabalho são os editais regulares dos cursos. Não levamos em considerações editais específicos como os voltados para pessoas surdas, indígenas e quilombolas.

Linguística. Esse modelo, proposto por Spolsky (2016, p. 34), parte de dois princípios: (a) a noção de domínio, “nomeado com vistas a um espaço social”, que é distinguido por três características: participantes, localização e tópico; e (b) a noção de que “as políticas linguísticas têm três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças [também chamadas de ideologia] e gestão [também chamada de planejamento]” (SPOLSKY, 2016, p. 35).

Por fim, apontamos que este trabalho está organizado em 3 capítulos, além da Apresentação e das Considerações Finais. O *Capítulo 1* apresenta as escolhas metodológicas empregadas para o desenvolvimento da pesquisa, do que se constituem e os detalhes do processo de geração de dados – seja da análise dos editais, seja da análise das respostas dos questionários –, além de uma breve contextualização sobre edital como documento de pesquisa. O *Capítulo 2* explora o conceito de Políticas Linguísticas e discussões sobre políticas linguísticas específicas para línguas estrangeiras na ciência e no ensino superior. Este capítulo destina-se, também, a uma breve contextualização histórica de cursos de mestrado brasileiros, com foco nos cursos da área de avaliação da Capes Letras/Linguística, percorrendo os caminhos trilhados por universidades e governo para a regulamentação das pós-graduações nacionais, a caracterização do domínio e seus aspectos e discussão das práticas, crenças e gestão. O *Capítulo 3* discorre sobre os resultados das análises do corpus da pesquisa. E, por fim, apresentamos as *Considerações Finais*, seção em que resumimos os resultados da pesquisa, apontando contribuições do trabalho para a comunidade acadêmica e sociedade, assim como questionamentos relevantes à temática do estudo.

CAPÍTULO 1

1. Definições e delimitações metodológicas

Para teorizar as políticas linguísticas empreendidas em cursos de mestrados em Letras/Linguística, analisamos um corpus formado por: (1) editais de seleção de mestrado em Letras/Linguística, (2) questionários online respondidos por mestres na área e (3) bibliografias das dissertações de mestres que responderam ao questionário e bibliografias aleatórias de dissertações defendidas na área entre 2019 e 2020.

Para a classificação e análise dos dados, seguimos, como já anunciado, a proposta de Spolsky (2016) que pode ser observado na esquemática da Figura 1.

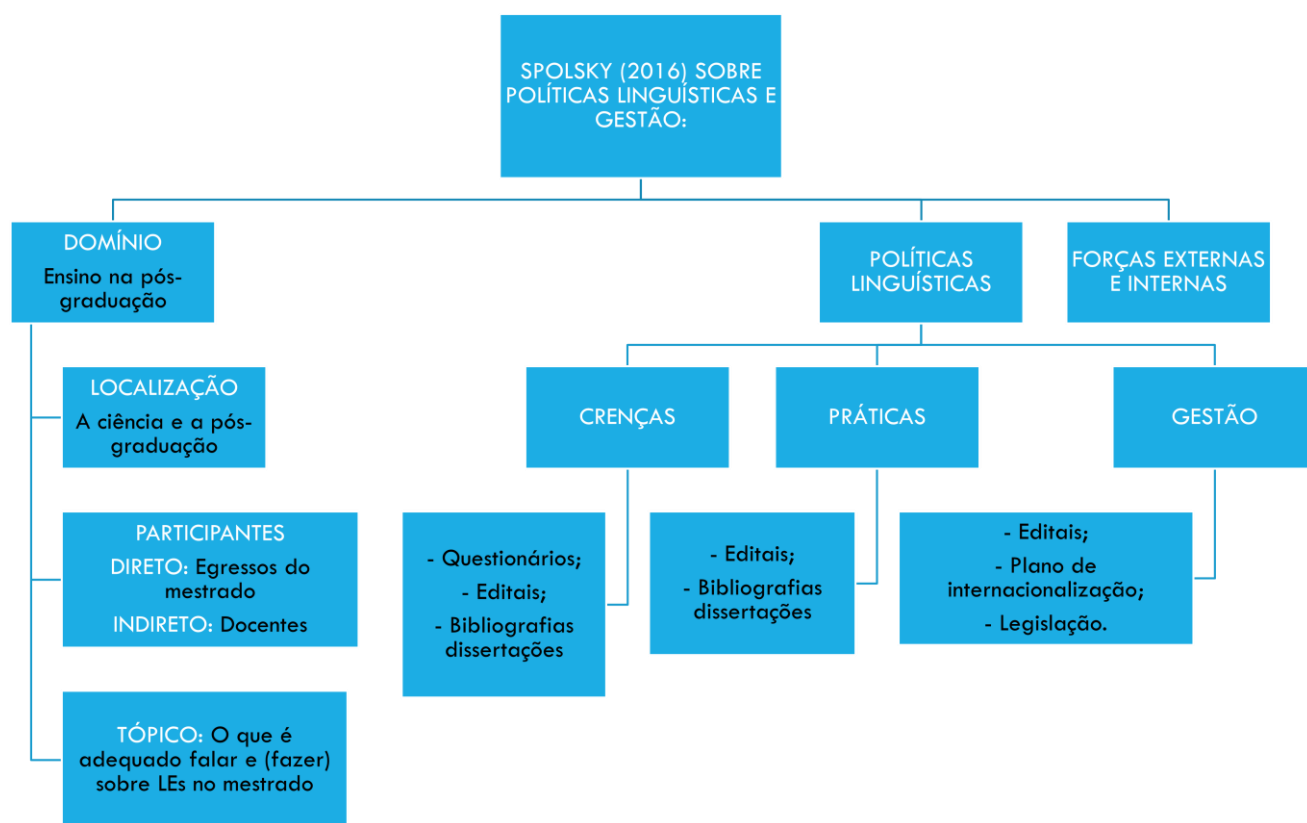


Figura 1 - Esquemático sobre Políticas Linguísticas e Gestão, segundo Spolsky (2016).

Como podemos observar, Spolsky (2016) sobre políticas linguísticas e gestão expõe que a partir delas devemos necessariamente considerar (a) o *domínio*, ou seja, determinado espaço social que, nesse modelo de investigação, é caracterizado pelos *participantes* para os quais tais políticas são relevantes, pela *localização* e por um *tópico*; (b) as *práticas*, *crenças* e *gestão* como políticas linguísticas e; por fim, (c) as *forças internas* ao domínio e as *externas* que incidem sobre as políticas linguísticas aí

empreendidas. Alicerçadas nestes aspectos, apontados por Spolsky (2016) como centrais para as teorizações sobre políticas linguísticas, delineamos, a seguir, o quadro teórico-metodológico desta pesquisa.

Considerando que o estudo aqui apresentado trata de políticas linguísticas empreendidas em cursos de mestrado na área de avaliação da Capes Letras / Linguística no Brasil, o *domínio* em foco é a ciência e o ensino superior, especificamente o ensino na pós-graduação, que, para os fins desta pesquisa, é caracterizado, em primeiro plano, pelos participantes e, em segundo, pelo tópico e pela localização.

Segundo Spolsky (2016, p. 34, ênfase em itálico nossa), “os *participantes* em um domínio são caracterizados não como indivíduos, mas por seus papéis e relações sociais”. Neste estudo, centramos nossa atenção em egressos de cursos de mestrado na área e, de forma indireta, em docentes de PPGs na área. Por tópico, Spolsky (2016) entende que se trata de analisar o que, na percepção dos participantes, é apropriado falar no domínio investigado. No âmbito desta pesquisa, significa saber o que é adequado falar (e fazer) sobre as línguas estrangeiras nos cursos de mestrado na área de Letras / Linguística. A *localização* do domínio é, a nosso ver, a ciência e a pós-graduação (em seu espaço físico ou virtual), considerada em termos da região do país na qual está situada a IES.

Apresentamos, a seguir, as práticas, crenças e gestão – na condição de políticas linguísticas – operadas em cursos de mestrado na área de avaliação Letras / Linguística. Spolsky (2016, p. 35) define *práticas linguísticas* como “as escolhas e comportamentos observáveis – o que as pessoas realmente fazem”, as línguas e os aspectos linguísticos escolhidos e empregados em diferentes atividades do domínio em questão. As práticas linguísticas – empreendidas pelos participantes no âmbito de PPGs – sobre as quais nos debruçamos neste estudo foram geradas em:

- editais de seleção para ingresso em cursos de mestrado na área de Letras/Linguística e;
- bibliografia de dissertações defendidas em PPGs da área.

No que tange a *crenças linguísticas*, Spolsky (2016, p. 36) sustenta que os valores atribuídos a variedades de uma língua ou a diferentes línguas estrangeiras são as crenças que mais impactam nossas escolhas linguísticas. No caso desta pesquisa, são os diferentes valores conferidos às línguas no âmbito da ciência e do ensino superior. A

algumas é atribuído o *status* de línguas próprias para as atividades acadêmicas, dignas da ciência, enquanto outras são desautorizadas para esse domínio, consideradas insuficientes, ineficazes e, “por isso”, impróprias. Para o estudo das crenças linguísticas com as quais operam os participantes desse domínio, analisamos:

- questionários respondidos por egressos de cursos de mestrado na área de avaliação Letras / Linguística;
- editais de seleção para ingresso em cursos de mestrado na área de Letras/Linguística e;
- bibliografia de dissertações defendidas em PPGs da área.

A nosso ver, as práticas são necessariamente atreladas às crenças linguísticas dos participantes, resultando delas. Daí entendermos que o discurso dos editais e o da bibliografia em LE nas dissertações estão intimamente ligadas às crenças linguísticas dos participantes. Assim, os editais e as bibliografias que compõem o corpus de pesquisa são analisados tanto em termos de práticas como de crenças.

O estudo da *gestão linguística* é mais uma das formas de políticas linguísticas. Segundo Spolsky (2016, p. 36), trata-se do “esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças”.

A forma mais óbvia de gestão linguística é uma constituição ou lei estabelecida por um estado-nação que determina alguns aspectos do uso oficial da linguagem: uma exigência para uso de uma língua específica como meio de instrução ou em trâmites com as agências de governo, por exemplo (SPOLSKY, 2016, p. 36).

Para o estudo da gestão linguística das políticas linguísticas empreendidas nos cursos de mestrado na área de Letras / Linguística, analisamos:

- editais de seleção de PPGs para ingresso em cursos de mestrado da área;
- plano de internacionalização de uma IES;
- legislação nacional e institucional: leis, decretos, resoluções, pareceres e portarias.

A teoria Spolsky (2016, p. 36) defende que cada domínio “tem suas próprias políticas, com alguns aspectos controlados internamente e outros sob influência ou controle

de forças externas” e que cada um dos três componentes do domínio – práticas linguísticas, crenças sobre a linguagem e gestão linguística – produz forças (assim como outros domínios fora dele) que explicam as escolhas linguísticas dos participantes. Daí que buscamos compreender e explicar as *forças internas* ao domínio e as *externas* a ele, produzidas pelas práticas, crenças e gestão, que incidem sobre as políticas linguísticas nos cursos de mestrado em Letras / Linguística.

Apesar de a análise estatística não ser a única possibilidade para estudar os resultados de pesquisas quantitativas, para este trabalho, ela pareceu adequada e capaz de satisfazer plenamente os objetivos, considerando que todos os dados gerados pelos editais e questionário se dão de forma numérica, e a estatística ser “a parte da metodologia da ciência que tem por objetivo a coleta, redução, análise e modelagem dos dados, a partir do que, finalmente, faz-se a inferência para uma população da qual os dados (amostra) foram obtidos” (MORETTIN; BUSSAB, 2017, p.17).

O fato de dispormos de dados que dizem respeito a etapas distintas dos cursos de mestrado – seleção, curso e finalização – poderia representar, para a análise estatística, um problema de causalidade ou de temporalidade. Quer dizer, o edital diz respeito ao ingresso no mestrado, o questionário reflete a vivência dos estudantes ao longo do curso e a bibliografia, o produto final do curso, o que, no âmbito da estatística, poderia significar o descolamento dos dados gerados porque o aluno não tem controle sobre o que é imposto a ele em termos de LE na seleção para ingresso no curso. Daí nossa unidade de estudo ser os PPGs e não os indivíduos egressos desses cursos de mestrado. Na próxima seção, descrevemos e contextualizamos os procedimentos metodológicos de cunho quantitativo para geração e organização dos dados, formulação do corpus e definição das amostras.

1.1 Editais de seleção para cursos de mestrado na área: práticas, crenças e gestão

O corpus relativo aos editais é formado por 145 documentos de seleção de mestrado nas áreas de estudo Letras / Linguística (Linguística, Linguística Aplicada, Estudos da Linguagem, Estudos Linguísticos, Literatura e Tradução) publicados nos últimos anos, a saber: 2019, 2020 e 2021. Este recorte foi determinado pela data de publicação dos documentos, selecionados os mais recentes e, ao mesmo tempo, pelo fato

de os mestrados submetidos a esses editais já terem defendido suas dissertações, o que significa que teriam uma visão do processo todo, desde o ingresso até a defesa.

Não nos limitamos a um ano específico porque muitos cursos de mestrado realizam processo seletivo apenas uma vez ao ano e em momentos distintos do ano letivo, por isso restringir ainda mais os anos de publicação desses editais reduziria e limitaria o número de documentos passíveis de análise. Além disso, a pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, período em que alguns PPGs não realizaram processos seletivos para ingresso de novos alunos, e os que realizaram, foram flexíveis em relação à exigência de comprovação de proficiência em LE. Ainda assim, sob o ângulo da estatística, a amostra de editais é bastante representativa. A partir de uma análise qualitativa dos editais, obtivemos os seguintes dados: exigência de comprovação de proficiência em LE; LEs nas quais candidatos podiam comprovar proficiência e; textos em LE nas bibliografias de referência.

1.2 Bibliografias de dissertações defendidas em PPGs da área: práticas e crenças

Primeiramente, foram coletadas, por seleção aleatória, referências bibliográficas de dissertações defendidas em PPGs da área de avaliação da Capes Letras / Linguística. A quantidade [103] de dissertações de [12] instituição foi determinada pela limitação de tempo para a finalização da pesquisa. Analisamos 103 dissertações de mestrado, de todas as cinco regiões do Brasil, a fim de saber que LEs são citadas e quantificar o uso das LEs na produção da dissertação. Apesar de a incidência de obras em LE citadas não ser comparável de uma dissertação para outra e, por isso, não ser possível padronizar as informações das referências bibliográficas, os dados refletem a incidência das LEs em cada PPG e, por ser aleatória, consideramos que não haja vício introduzido por este esquema amostral.

Para a seleção das dissertações cujas bibliografias seriam analisadas, adotamos o critério de explorar trabalhos defendidos nos anos de 2019 e 2020 por serem os trabalhos mais recentes e disponíveis nos repositórios de universidades. Além disso, consideramos que os trabalhos defendidos nesses anos seriam os de estudantes que iniciaram seus cursos nos anos de 2017 e 2018 momento que corresponde ao prazo determinado pela Capes para a conclusão do mestrado de quem ingressou no período em que os editais do corpus foram

publicados. Além destas, analisamos as dissertações de 99 egressos de mestrado que responderam ao nosso questionário, defendidas em anos distintos, mas todos provenientes de cursos cujos editais foram analisados. Assim, analisamos um total de 202 bibliografias de dissertações defendidas em PPGs da área de Letras / Linguística, gerando dados sobre: número de obras citadas escritas em diferentes LE e, conseqüentemente, as LE representadas nesta produção.

1.3 Questionários de egressos de cursos de mestrado na área: crenças

Sob a perspectiva de que “o objetivo de uma teoria de políticas linguísticas é considerar as escolhas costumeiras feitas pelos indivíduos falantes com base em padrões estabelecidos [...] nas comunidades de fala da(s) qual(is) eles fazem parte” (SPOLSKY, 2016, p. 33), buscamos gerar dados sobre as crenças dos egressos de mestrados em Letras / Linguística acerca de suas escolhas, em termos de LEs, ao longo do curso. Para tanto, elaboramos, por meio da ferramenta *Google Forms*, aplicamos, na modalidade online, questionários objetivos, que foram divulgados em redes sociais digitais – *Facebook* e *Instagram* – e enviados por mensagem no *WhatsApp* e por e-mails institucionais⁵ (cf. anexo 1) de coordenadores e secretarias dos cursos cujos editais haviam sido analisados. Obtivemos obtive um total de 152 respostas válidas ao questionário, isso porque, apesar de 199 respondentes aceitarem participar, 47 deles não atendiam ao pré-requisito básico: ter título de mestre na área de avaliação da Capes Letras / Linguística.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 69) caracterizam os questionários como instrumentos de “coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. Visando melhor padronização e uniformização dos dados, o questionário foi formulado com linguagem direta e perguntas, majoritariamente, fechadas, como observado no Apêndice I. As respostas obtidas nos possibilitaram gerar dados sobre: LE na qual foi comprovada proficiência, razão da escolha de determinada LE para comprovar proficiência, forma pela qual a proficiência foi certificada e emprego da LP ao longo do curso.

⁵ E-mails divulgados nas páginas da internet dos respectivos cursos de mestrado.

É absolutamente central que registremos que esses dados estão no âmbito das crenças dos egressos de cursos de mestrado, o que significa dizer que, nesta investigação, não são tratadas como práticas linguísticas.

Definido o panorama metodológico, apresentamos, no próximo capítulo, um pouco da trajetória dos estudos sobre políticas linguísticas e uma breve contextualização desses estudos no âmbito da ciência e da pós-graduação.

CAPÍTULO 2

2. Políticas Linguísticas na ciência e na pós-graduação

2.1 Políticas Linguísticas

A relação que a língua e a linguagem têm com a vida social não se limita à adequabilidade de variações linguísticas em contextos específicos ou à mudança que determinada língua apresenta com o passar dos anos. Essa relação se dá também em aspectos políticos e que implicam relações de poder, dominação e interesses. É sobre essas relações que a Política Linguística se debruça.

Como destaca Calvet (2007), mesmo que não oficialmente, políticas linguísticas sempre foram discutidas. Isso porque planejamentos, ações interventivas e modificações linguísticas sempre foram realizadas por estados, nações e comunidades de fala. O autor, reforçando essa ideia, afirma que:

a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria (CALVET, 2007, p. 11).

No entanto, como adverte o autor, os conceitos de política linguística e de planejamento linguístico são recentes e englobam apenas em parte as práticas antigas. Foi a partir dos anos 1950 que os estudos na área começaram a ser denominados políticas linguísticas. Na época, a área era “constituída, de forma geral, por dois eixos interligados: Política Linguística e Planejamento Linguístico”, sendo que o primeiro estaria relacionado à determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, de “caráter estatal-legislativo”, e o segundo, à “implementação das decisões sobre a língua através de estratégias políticas” (SEVERO, 2013, p. 451-452). Sobre isto, Severo (2013, p. 455-6) identifica pelo menos

quatro instâncias envolvidas em políticas e planejamento linguísticos: a instância legisladora/regulamentadora vinculada, tradicionalmente, embora não unicamente, aos órgãos governamentais; o campo de intervenção que vai da documentação e descrição do sistema linguístico (planejamento de corpus) à distribuição, designação e normatização das línguas e dos usos linguísticos (planejamento de status); o público-alvo e os efeitos da intervenção linguística; e os procedimentos implicados na

execução da política linguística com vistas, por exemplo, ao aumento do número de falantes (planejamento da aquisição).

Essas instâncias hoje são, em geral, tratadas apenas como política linguística e é assim que devem ser entendidas nesta pesquisa. Para explorar as políticas linguísticas empreendidas nos cursos de mestrado na área de Letras / Linguística, adotamos a perspectiva de política linguística que considera necessariamente os caracteres políticos e sociais da língua em seu uso real e acadêmico, ou seja, “na *política linguística* há também *política*, e as intervenções na língua ou nas línguas têm um caráter eminentemente social e político” (CALVET, 2007, p. 36, em itálico no original). Segundo Spolsky (2016, p. 33), as políticas linguísticas são fenômenos sociais “dependentes de comportamentos consensuais e das crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala”. Ou seja, a política linguística, assim como a língua, é viva e se movimenta de acordo com a mobilidade dos usuários e isso se dá de forma social e política – sob relações de poder e dominação.

Sobre seu caráter político, Thomas Ricento (2005, p.17) sinaliza a perspectiva do crescente aumento de pesquisas preocupadas com “o papel da língua [...] em produção, exercício e contestação dos poderes em todos os níveis da sociedade, e os efeitos do poder nas práticas linguísticas, desde interações diárias de pessoas comuns até políticas oficiais de governos”.

Ao descrever os componentes das Políticas Linguísticas, Spolsky (2016) nos remete à diferenciação entre Políticas Linguísticas explícitas e implícitas. A primeira se refere a questões linguísticas relacionadas à legislação oficial, àquelas regras que normatizam e definem qual língua estrangeira deve ser ensinada na educação básica, por exemplo. Já as políticas linguísticas implícitas denotam determinações não formalizadas, mas que são praticadas de maneira rotineira e até mesmo inconsciente, como quando afirmamos que aprender inglês é mais importante do que aprender espanhol, francês ou qualquer outra LE.

Pelo fato de as políticas linguísticas explícitas serem mais facilmente identificáveis, é comum que tenhamos a ideia de que elas são mais relevantes no que tange à identificação de relações sociais, ideológicas e de poder. Por outro lado, Spolsky (2004 apud McCARTY, 2011, p.2) enfatiza que a Política Linguística “existe mesmo onde ela não se fez explícita ou estabelecida por autoridade”. Ou seja, para ser considerada política

linguística não é necessário que se evidencie uma normativa linguística ou normativa de cunho político. A Política Linguística explícita e a implícita possuem papel de igual relevância e ambas são ações políticas.

Ao embarcar no assunto, McCarty (2011, p.10) vai um pouco além, explorando o fato de que “as decisões sobre linguagem, sejam sancionadas oficialmente ou não, são, em seu cerne, disputas sobre participação política e econômica, democracia e direitos humanos”. A afirmação da autora invoca também a questão da não neutralidade da Linguística, destacando as implicações ideológicas que estudos das políticas linguísticas explícita e implícita são capazes de revelar.

Considerando a centralidade da noção de ideologia nas discussões acerca de crenças sobre aprender uma língua estrangeira, reservamos espaço para um breve debate sobre ideologia. Trata-se de uma noção repleta de pontos de vista e conceitualizações distintas, adotamos a perspectiva de ideologia como um processo simbólico que serve para consolidar e manter relações de poder. É por meio de “aspectos econômicos e simbólicos que se incide a ideologia linguística” (ARNOUX, 2019, p. 28), entendida por Bagno (2017, p. 200) como o

conjunto de atitudes e crenças acerca de uma língua compartilhadas no interior de uma sociedade e que servem de esteio para certos valores culturais e sociais. As ideologias linguísticas frequentemente servem para racionalizar estruturas e relações sociais existentes, assim como hábitos linguísticos dominantes.

A língua é um símbolo de poder e o status que se dá a uma sobre outras é uma forma de se observar esse lado. A língua inglesa é um bom exemplo deste poder que se dá à uma língua sobre outras. Aprender inglês hoje representa, para inúmeras comunidades de fala não anglófonas, muito mais do que ter “acesso a um mundo melhor”, como alerta Rajagopalan (2003, p.65). Em seu livro *Por uma Linguística crítica*, Rajagopalan (2003), ao tratar do ensino de línguas estrangeiras, defende que

as pessoas se dedicam à tarefa de aprender línguas estrangeiras porque querem subir na vida. A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta. Tanto isso é verdade que a palavra “estrangeira” é comumente reservada para qualificar uma outra língua que conta com mais respeitabilidade que a língua materna de quem fala – por mais incrível que isso pareça à primeira vista! A maior prova disso é que, quando a língua é considerada de menor prestígio, é quase sempre qualificada

como “exótica” ou até mesmo como um “dialeto”, e não como uma língua propriamente dita. (RAJAGOPALAN, 2003, p.65)

Sobre isso, Ortiz (2004, p. 7) apresenta também a ideia de que “uma segunda língua é aprendida unicamente quando o falante estima que pode obter vantagens em utilizar outro idioma, cujo raio de atuação é mais amplo”.

É exatamente sob o foco da ideologia que se dão as críticas ao fato de, no contexto atual de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, o inglês ser a língua de maior prestígio. E esse prestígio se dá de forma tão impressionante que em países como o próprio Brasil, é claro o predomínio dessa língua sobre outras – seja em contextos de ensino-aprendizagem, pesquisas acadêmicas ou influência cultural –, como espanhol e português – as duas línguas mais centrais da América Latina.

2.2 Línguas, ciências e pós-graduação

Arnoux (2019, p. 24) destaca a influência do inglês “em muitos campos, alguns extremamente sensíveis ao desenvolvimento nacional, como os científicos e tecnológicos”. Essa influência, segundo Ricento (2005, p. 13), se dá desde os anos 1950 e 1960, momento em que se discutia quais línguas serviriam melhor aos interesses de alcance dos avanços tecnológicos e sistemas econômicos do ocidente. O autor aponta que o ponto consensual sobre o assunto entre os sociolinguistas ocidentais à época era de que apenas uma grande língua europeia, como o francês ou inglês deveria ser usada para questões de domínios formais e especializados.

Ortiz (2004, p. 12-3) aponta que uma maneira de explicar a questão é

observar o crescimento exponencial dos artigos publicados em inglês em algumas áreas científicas (Tsunoda, 1983). Em matemática, o Bulletin signalétique mostra que, entre 1940 e 1980, o número de textos em inglês passou de 49,5% para 71%, enquanto o francês caiu de 31,2% para 6,1%, e o alemão de 13,2% para 1,6%. O Berichte Uber die Gesamte Biologie indica que as publicações em inglês passaram, entre 1926 e 1980, de 26,7% para 55,9%, enquanto em francês diminuíram de 16,4% para 1%, e em alemão de 50% para 42,1%. Nas revistas de origem norte-americana a desproporção é mais acentuada: Physics Abstracts mostra que entre 1950 e 1980 os textos em inglês aumentaram de 70,3% para 88,6%, sendo as publicações em outras línguas quase insignificantes. Alguns linguistas, entre eles Richard Baldauf, elaboraram séries históricas que nos permitem ter uma visão mais nítida das diferentes áreas de conhecimento. Entre 1965 e 1988, os artigos publicados em inglês na área de biologia

passam de 50% para 75%; em engenharia, de 82% para 86%; em medicina, de 51% para 75%; e em matemática, de 54% para 82%. Tendência que se acentua com o passar dos anos em todas as especialidades.

Hamel (2013, p. 322) atenta para o prestígio do inglês sobre o mundo da ciência e educação superior quando aponta que, no decorrer do século XX, a comunidade científica passou de um “modelo plurilíngue restrito, mas bastante horizontal e equilibrado entre os idiomas alemão, francês e inglês para um modelo vertical, caracterizado pela posição hegemônica do inglês”.

Esse prestígio cada vez maior do inglês nas universidades latino-americanas é discutido por Hamel (2017), que pondera que o processo de ocupação da língua inglesa nas universidades da América Latina é “produto de uma estratégia imperial no campo das ciências e da educação superior que trabalha através de sistemas hierárquicos, de seleção e inclusão” (HAMEL, 2017, p. 231), sendo ela iniciada com o controle de publicações científicas. É apontado ainda que

nos últimos tempos, as universidades estão sob pressão para reestruturar sua pesquisa e ensino de acordo com as normas internacionais. Isso inclui a adoção de sistemas de classificação internacional que atribuem maiores valores a artigos publicados no exterior, principalmente em periódicos de língua inglesa listados no Citation Index, do que aqueles publicados em casa. As universidades da América Latina precisam se ajustar às tendências da globalização, principalmente aprimorando a leitura de LE entre alunos e funcionários, e melhorando suas habilidades acadêmicas e capacidade de publicação internacional, especialmente em inglês (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p.6)⁶.

Nessa perspectiva, Hamel (2017, p. 237) chega a afirmar que a “categoria de revista ‘internacional’ fica obviamente associada ao inglês”. Para se ter uma ideia da predominância linguística supracitada, no ano de 2019, segundo Céspedes (2020, p. 144) “40 diferentes línguas estavam representadas entre as 25.185 revistas em atividade indexadas no SCOPUS⁷, no entanto, 19.873 (78,9%) delas eram publicadas apenas em

⁶ No original: “In recent times universities are under pressure to restructure their research and teaching according to international standards. This includes adopting international ranking systems which assign higher values to papers published abroad, mainly in English language journals listed in the Citation Index, than to those published at home. Universities in Latin America have to adjust to globalisation trends particularly by enhancing reading of FL among students and staff, and by improving their academics’ capacity of publishing internationally, especially in English” (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 6).

⁷ SCOPUS e WoS (Web of Science) se referem a sites de base de dados de citações, resumos, artigos científicos e revistas acadêmicas registradas mundialmente.

língua inglesa (incluindo revistas de países não-anglofalantes)”. Por outro lado, Ortiz (2004, p. 13) argumenta que há diferentes dimensões nas estatísticas de produção científica em inglês:

Não se deve imaginar das estatísticas apresentadas que toda a produção científica, ou mesmo a sua maioria, se faça em inglês. Embora não existam dados disponíveis em escala mundial, pode-se argumentar, e com boa parte de razão, que a literatura científica em língua não inglesa tenha aumentado. [...] No entanto, como sublinha Baldauf, sua representação na literatura recenseada nas principais bases de dados declinou. As bases de dados, apesar de serem consideradas por muitos como representativas da produção científica, na verdade formam uma projeção distorcida do que realmente acontece. Grande parte do que é produzido é simplesmente ignorado pelo fato de não estar formalizado e formatado em informação imediatamente disponível, ou seja, compreensível para um conjunto amplo de pessoas. [...] Entretanto, importa entender que um corpus literário, funcionando como padrão de referência, é legitimado mundialmente somente quando disponível em inglês.

Ainda sobre isto, a pesquisa apontou também que, no WoS, 13.075 revistas (62%) são publicadas apenas em língua inglesa. No que tange à América Latina, Céspedes (2020) destaca que o Brasil é o país com o maior número de publicações científicas latino-americanas, porém

a predominância de publicações brasileiras não implica uma relevância correspondente para a língua portuguesa. De todos os periódicos latino-americanos na SCOPUS, existem 148 publicados exclusivamente neste idioma, representando 18% do total. Em contraste, 266 periódicos (32%) estão em espanhol. Além disso, 112 periódicos (13%) são publicados apenas em inglês. Além disso, no SCOPUS, 278 (33%) periódicos latino-americanos são classificados como multilíngues, ou seja, aceitam artigos em dois ou mais idiomas. 369 (35%) dos periódicos latino-americanos indexados em WoS são publicados apenas em inglês, enquanto 228 (22%) são publicados em espanhol, 168 (16%) em português, 21 (2%) são multilíngues e 8 (menos de 1%) são publicados em outros idiomas (CÉSPEDES, 2020, p. 146).

O fazer ciência que é associado à língua inglesa parte de uma estratégia de hegemonia linguística que “distorce a realidade da pesquisa e particularmente a da publicação, com base em um círculo vicioso entre fatores de impacto e índices de citação; deixando de fora uma parte majoritária de literatura científica que pode causar impacto no mundo real” (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 5)⁸.

⁸ No original: “the hegemonic strategy distorts the reality of research and particularly that of publishing, on the basis of a vicious circle between impact factors and citation indexes; it leaves out a majority share of the

Hamel (2017) indica o multilinguismo como possibilidade de combate ao imperialismo e hegemonia da língua inglesa na universidade/academia, mas como vimos, a academia ainda não segue essa perspectiva – segundo as análises vistas nos parágrafos acima em que se confirma que mais de 50% das publicações internacionais de revistas acadêmicas são realizadas em inglês. Contra a perspectiva hegemônica do inglês – ou de qualquer outra língua – Hamel (2017, p. 247) propõe um caminho que abrace as mais variadas línguas e experiências linguísticas quando aponta que

uma alternativa ao modelo imperial implica identificar, desde conceitos e modelos próprios mais adequados às condições do desenvolvimento vigoroso de nossas línguas no campo das ciências e educação superior com a construção de modelos plurilíngues/multilíngues.

2.3 Políticas Linguísticas em PPGs em Letras/Linguística: o domínio e suas forças

A universidade, assim como as instituições de qualquer outro nível de educação escolar, deve ser vista como um dos mais complexos domínios porque, segundo Spolsky (2016, p.39),

seus participantes trazem consigo as práticas e crenças [da] sociedade [...]. A educação escolar é por sua própria natureza um domínio comprometido com a gestão da linguagem. As duas principais categorias de participantes são os estudantes, cujas práticas e crenças linguísticas são passíveis de modificação e os professores encarregados do processo de modificação. Os estudantes variam, é claro, em múltiplas dimensões: idade, gênero, nível de habilidade, e motivação, por exemplo. [...] Sua experiência no domínio do lar, na vizinhança, e em outros lugares os terá apresentado a diversas práticas linguísticas, desenvolvido neles crenças sobre linguagem e valores que eles atribuem às variedades linguísticas, e os expostos a várias tentativas de modificar suas práticas e crenças linguísticas.

2.3.1 Mestrado no Brasil: um domínio e suas forças externas e internas

Entre as inúmeras forças, internas e externas ao domínio aqui estudado, que impactam a gestão linguística operada pelos cursos de mestrado em Letras / Linguística no Brasil, tem-se a legislação em nível nacional sobre a educação superior e a pós-graduação no Brasil; a legislação das próprias IES, que inclui as deliberações de cada uma de suas unidades (institutos, faculdades etc.) acadêmicas.

scientific literature that may have an impact in the real world” (HAMEL; LÓPEZ; CARVALHAL, 2016, p. 5).

Para analisar possíveis forças exercidas sobre a decisão dos PPGs em exigir ou não, na seleção para ingresso no mestrado, comprovação de proficiência em LE, o que implica também as línguas cuja proficiência será cobrada e a forma de sua comprovação. Para tanto, apresentamos um breve histórico da área de avaliação Letras / Linguística no Brasil e da legislação que trata, ainda que não diretamente, do lugar das línguas estrangeiras nos cursos.

A educação superior abarca cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e de pós-graduação, “compreendendo cursos de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino” (BRASIL, 1996).

A formalização dos cursos de pós-graduação no Brasil teve início com o Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946, que estabelece que a educação superior engloba cursos de pós-graduação, doutorado, cursos de aperfeiçoamento, extensão e especialização (BRASIL, 1946). Contudo, os cursos de pós-graduação começaram a emergir de fato nas universidades do país somente a partir de 1965, por meio da contribuição do Curso Universitário que a Capes lançou em 1953.

Diante da já existência de mestrados e doutorados no país, a regulamentação destes cursos iniciou-se em 1968 com a reforma universitária promovida pelo governo brasileiro durante a ditadura militar (MARTINS, 2009). Orlando Pilati (2006, p. 12) aponta que, seguido à reforma implementada pelo governo, a Capes incumbiu-se prioritariamente da supervisão e promoção de cursos de especialização no país, “tendo contribuído para a aprovação pelo então Conselho Federal de Educação das primeiras regulamentações da especialização e aperfeiçoamento” desses cursos, por meio de Resoluções e Sistemas de Avaliação.

Desde então, é este o principal órgão que regulamenta os cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil, uma fundação do Ministério da Educação (MEC). É a Capes (2001, p.1) a responsável por avaliar os cursos de pós-graduação do país, assim como fomentar e consolidar os mestrados e doutorados nos estados da Federação. Essa Coordenação normatiza os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, que estão sujeitos às suas “exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação”. Diante disso, a Portaria nº 389, de 23 de março de 2017 da Capes normatiza como objetivos do mestrado e de doutorado:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

A partir desses objetivos, os cursos de mestrado e doutorado são criados e ofertados pelas universidades e regulamentados, avaliados, acompanhados e direcionados pela Capes. Os cursos de mestrado devem, por exemplo,

ter a duração mínima de um ano e, além do preparo da dissertação ou trabalho final definido em regulamento institucional, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, bem como submeter-se a exames parciais e gerais (CAPES, 2021, s/p).

A Capes (2021) estabelece a realização de disciplinas durante o curso como uma das partes constituintes e necessárias de um mestrado, ao dispor que “o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, bem como submeter-se a exames parciais e gerais”. Nesta perspectiva, a Capes (2021, p. 8, são nossos os destaques em negrito) determina ainda que a matriz curricular dos cursos de Letras / Linguística seja

formada por disciplinas obrigatórias e optativas compatíveis com os demais componentes, principalmente com as linhas de pesquisa. Ratifica-se ser necessário que o elenco dessas disciplinas esteja dimensionado de modo compatível com o tempo previsto para a formação discente sem excesso, de modo que nenhuma delas fique sem ser ofertada ao longo do curso. As ementas de disciplinas devem ser nítidas e delineadas, **com bibliografia** pertinente, conexa e atualizada, **de fácil acesso aos discentes**, quer seja por meio da biblioteca física da instituição ou pelos recursos virtuais.

Quanto à questão de LE, o artigo primeiro, parágrafo quarto, da Resolução nº7, de 11 de dezembro de 2017 da Capes estabelece: “é admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses”.

Por fim, tem-se a dissertação, que deve ser apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre pelo PPG, a mais importante atividade avaliativa do curso. A normativa expõe que a “emissão de diploma de pós-graduação *stricto sensu* por instituição brasileira exige que a defesa da dissertação ou da tese seja nela realizada” (BRASIL, 2001, p. 2).

2.3.2 O mestrado em Letras/Linguística no Brasil

Hoje, no Brasil, existem mais de 5.000 cursos de mestrado e doutorado, nos mais diversos campos do conhecimento. A área de Letras / Linguística, cujo número de cursos varia em cerca de 200, inclui:

estudos mono e interdisciplinares que tomam como objeto de enfoque crítico, teórico, descritivo e analítico a língua e a literatura em seus mais variados escopos e perspectivas, considerando, portanto, os estudos linguísticos, literários, estudos de tradução, estudos culturais, aplicados, dentre outros (CAPES, 2019, p.2).

E nesta perspectiva, traçaremos, neste capítulo, um breve histórico a respeito dos cursos de Letras no Brasil, assim como os cursos de mestrado na área.

Os primeiros cursos de Letras no Brasil datam dos anos de 1934 a 1939, sendo o de “1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; em 1935, na Universidade do Distrito Federal⁹; em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Universidade de Minas Gerais” (FIORIN, 2006, p.13). Apesar disso, o curso de Letras não cobria as perspectivas de estudo linguístico como hoje acontece. Para que se tenha ideia, a Linguística foi implementada no currículo dos cursos de Letras como área de estudo apenas em 1962, com o parecer 283/62 do Conselho Federal de Educação, que a definiu como uma das oito matérias obrigatórias do curso (BRASIL, 1962).

À época, a Linguística era pouco conhecida no país e conseqüentemente, havia poucos professores que lecionassem na área. Grannier (2014, p.481) descreve que “até

⁹ A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi fundada em 1935, no Rio de Janeiro, por Anísio Teixeira, e foi extinta em 1939. Sua criação, assim como a da USP, decorreu de “esforços institucionais para atender aos anseios de modernização expressos pelos intelectuais e educadores na segunda metade da década de 20, quando houve um vigoroso debate nacional sobre a educação que nos convinha, com a destacada participação dos partidários da escola nova” (VICENZI, 1986, p. s/p).

mesmo a palavra ‘Linguística’ era uma novidade total para nós, alunos de Letras”. Ainda assim, o primeiro curso de mestrado em Linguística no país foi inaugurado em meados de 1963 e 1964 na Universidade de Brasília, fundado pelo professor Aryon Dall’Igna Rodrigues (VANDRESSEN, 2001).

Desde então, a Linguística tem ganhado mais pesquisadores e estudiosos especializados, tornando a área mais acessível e conhecida. Eis o que o Documento da Área de Linguística e Literatura da Capes (2019, s/p) projeta:

O amadurecimento e a consolidação da Área de Linguística e Literatura são bem refletidos nas considerações sobre o estado da arte da Área. No que concerne ao seu futuro, cumpre destacar, neste documento, aspectos que podem favorecer a contínua adequação às novas demandas da sociedade e proporcionar seu avanço e crescimento.

Seguindo o caminho que se prevê à área, podemos dizer que a Política Linguística é, de certa forma, uma das concretizações de “adequação” dos estudos linguísticos atuais “às novas demandas das sociedades” (CAPES, 2019), sendo estas favoráveis à contribuição social sobre o uso das línguas e aspectos de desenvolvimento, implementação e avaliação de práticas linguísticas na sociedade (RICENTO, 2005).

Interessa-nos, para os fins desta pesquisa, destacar que o percurso do mestrado tem início no processo seletivo para ingresso, divulgado em edital, que especifica, entre outras determinações, a necessidade ou não de comprovar proficiência em alguma língua estrangeira.

2.4 O Edital: gestão como política linguística

Os editais que compõem o corpus desta pesquisa, entendidos aqui como documentos e, por isso, “não são somente uma simples representação dos fatos ou da realidade. Alguém (ou uma instituição) os produz visando a algum objetivo (prático) e a algum tipo de uso (o que também inclui a definição sobre a quem está destinado o acesso a esses dados)” (FLICK, 2009, p. 232). Analisar documentos sob este ângulo, seguindo a orientação de Flick (2009), impõe a necessidade de caracterizá-los como tópicos de pesquisa, o que implica responder às seguintes perguntas:

- Quem produziu o edital?

- Com que objetivo o produziu?
- Para quem o edital foi produzido?
- Quais foram as intenções institucionais com a produção e o provimento do edital ou de documentos desta?

Considerando tais questões, podemos afirmar que os editais analisados nesta pesquisa são documentos produzidos por docentes dos PPGs das áreas de Letras / Linguística com o objetivo de divulgar, esclarecer e normatizar o processo de seleção para ingresso em cursos de mestrado. Trata-se de documentos direcionados a candidatos interessados em realizar seus estudos de mestrado no respectivo PPG.

O edital pode ser considerado como aquele que inicia o processo seletivo de cursos de mestrado. Ele é comumente utilizado, portanto, para processos de ingresso, divulgação de mensagens e datas em serviços, majoritariamente, públicos. Na universidade, é grandiosamente explorado e gerado em diversas instâncias. Segundo o dicionário Michaelis (2021), a palavra edital deriva do latim *edictalis* e significa “ordem oficial, aviso, citação etc. afixado em local público ou publicado na imprensa para conhecimento dos interessados”.

Entre os processos de seleção para cursos de pós-graduação *strictu sensu*, o edital é, geralmente, produzido pelas comissões formadas por docentes dos próprios PPGs e pode ser definido como um “ato pelo qual se publica pela imprensa, ou nos lugares públicos, certa notícia, fato ou ordenança que deve ser divulgada para conhecimento das pessoas nele mencionadas e de outras tantas que possam ter interesse no assunto” (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 138).

Segundo o Manual de Redação Oficial do Instituto Federal de Goiás (IFG, 2019, p.31), o edital tem como objetivo “tornar públicas determinadas ações da Administração, podendo, inclusive, estabelecer regramentos de processos específicos”. No caso dos editais de mestrado em Letras / Linguística, trata-se de um ato normativo que divulga, organiza e esclarece acerca de um processo seletivo para entrada e acesso a esses cursos.

Compreender o edital como documento implica ainda estudar seus aspectos contedistas e estruturais. Santos e Nascimento (2011) esclarecem que o edital é um registro que contempla bem a questão contedista pela fácil observação de itens

distribuídos no texto, assim como sua organização e detalhamento de informações sobre os processos abrangidos no documento. Fato esse visível na maioria dos editais diante dos itens comuns que podem ser aí reconhecidos, tais como:

da abertura, com um texto apresentando documentos que garantem o direito legal da referida ação proposta pelo edital; das informações preliminares; das condições para participação; dos procedimentos; das providências, esclarecimentos e impugnações ao ato convocatório; da representação e do credenciamento; da apresentação dos envelopes; dos preços; dos prazos em geral; do julgamento e classificação das propostas comerciais; do julgamento e da desqualificação dos documentos; dos recursos administrativos; da validade do concurso; das vagas; da inscrição; das provas; dos requisitos para investidura no cargo; da isenção da taxa de inscrição; das disposições gerais; nome da autoridade competente com cargo ou função etc. É comum que os itens sejam também organizados em subitens, conforme a necessidade e complexidade em relação ao seu objetivo. Como o edital é determinado pelo seu objetivo e fim, sua composição está diretamente ligada ao que se propõe. Assim, da mesma forma que é possível encontrar editais com uma grande quantidade e variedade de itens, também se encontram editais com poucos itens (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p.141).

Os editais de seleção em cursos de mestrado e doutorado não estão excluídos dessa clássica organização de itens, mas podem variar na forma com a qual a universidade organiza a formatação e redação de seus documentos. Exemplo disso se observa no Modelo de Edital de Seleção para Pós-graduação *strictu sensu* da Universidade de Brasília (2020, p. 2-4, são nossos os destaques em negrito), que propõe como estruturas gerais para a formulação destes documentos os seguintes:

3. Número e Data da Reunião de Colegiado e do Conselho da Unidade em que foi aprovado o Edital. 4. Número de vagas disponibilizado, distribuído, conforme o caso, por Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Modalidade de Curso (Mestrado/Doutorado) [...] 8. Etapas do processo seletivo, conteúdo e pontuação. 9. Cronograma; 10. Critérios de desempate [...] 11. Documentação exigida; 12. A seleção terá prova de títulos por meio da análise de histórico, curriculum vitae ou lattes? Se positivo: a) explicitar a pontuação para cada atividade computada (cursos, estágios etc.); b) explicitar a pontuação para análise do histórico escolar, caso esta resulte em nota. [...] 15. Caso pertinente, o PPG deve tornar público o número de vagas por orientador/orientadora e por linha de pesquisa, respectivamente para mestrado e doutorado. Essa indicação deverá aparecer no anexo, junto com a ementa das Linhas de Pesquisa. 16. Para todas as etapas previstas deverá haver informação sobre: a) Se é eliminatória e/ou classificatória; b) A variação de nota (0 a 100, 0 a 10); c) A nota mínima para aprovação nas etapas eliminatórias (e.g. 50 ou 5, 70 ou 7), d) O conteúdo que será avaliado. e) Em caso de haver análise de currículo ou histórico, pontuar cada item avaliado. 17. Haverá prova escrita? **Verificar se está anexada a bibliografia de referência.** [...] 19.

Verificar se todos os itens do Edital estão numerados (itens e subitens) e na sequência correta [...]. 20. Verificar se todas as páginas do Edital estão numeradas. [...] 31. **Averiguar capacidade de leitura e compreensão em língua estrangeira, a ser definida pelo Curso, na área de conhecimento, solicitando certificados de proficiência ou aplicando prova para tal fim.** [...] 34. Definir quais, quantas e em que ordem ocorrerão as fases de seleção: a) projeto; b) prova escrita; c) prova oral; d) análise de currículo; e e) **prova(s) de compreensão de texto na área do conhecimento em língua(s) estrangeira(s)** [...].

O edital informa e constrói ideias, cujo entendimento é imprescindível para seu estudo enquanto documento a ser investigado. De praxe, o estilo linguístico utilizado nos editais é de cunho padrão culto que expresse formalidade, clareza, impessoalidade e uniformidade (SANTOS; NASCIMENTO, 2011). Compreender as características do edital, a apresentação visual e a possibilidade de variação do mesmo a partir de quem produz, é uma maneira de identificar também sua tipificação como documento.

CAPÍTULO 3

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O corpus de pesquisa foi formado por: (1) editais de seleção de mestrado em Letras / Linguística, (2) questionários online respondidos por mestres na área – com análise de suas dissertações – e (3) bibliografias aleatórias de dissertações defendidas entre [2019 e 2021], período que corresponde ao prazo determinado pela Capes para a conclusão do mestrado de quem ingressou no período em que os editais do corpus foram publicados. Neste capítulo, trataremos, nesta ordem, da análise do corpus de pesquisa.

3.1 Gestão: Edital

Conforme anunciado, analisamos os editais sob o modelo teórico de políticas linguísticas proposto por Spolsky (2016, p. 34), que contempla a noção de domínio, que é “nomeado com vistas a um espaço social” e é “distinguido por três características: participantes, localização e tópico”. Neste caso, podemos compreender os PPGs em Letras / Linguística como o domínio a ser estudado, na perspectiva em que os participantes são os egressos de cursos de mestrado na área e, na qualidade de gestores, os docentes de PPG na área responsáveis pela elaboração dos editais para ingresso na pós-graduação.

Spolsky (2016, p. 34) argumenta ainda que cada domínio “tem suas próprias políticas, com alguns aspectos controlados internamente e outros sob influência ou controle de forças externas”, defendendo “que as escolhas costumeiras feitas por um indivíduo são determinadas por seu entendimento das escolhas linguísticas apropriadas ao domínio”. Ou seja, o edital apresenta características como estabilidade e padronização que correspondem às escolhas dos participantes e à localização do domínio em questão.

Além disso consideramos também, na análise dos editais, a frequência em que são mencionadas línguas estrangeiras, se aparecem como bibliografia sugerida para o processo e a finalidade conferida a essas línguas no processo seletivo. Apesar de a Capes não especificar o edital como o documento orientador de ingresso, seleção e iniciação do mestrado, quanto à seleção dos estudantes, é pontuada a necessidade de serem apresentados e esclarecidos os critérios de seleção destes estudantes. Além disso, o Documento Orientador da Apresentação de Propostas para Cursos Novos (APCN daqui em diante) da Capes (2021, p. 9) direciona que a seleção dos estudantes deve conter

“orientações e princípios que precisam prever elaboração de projetos de pesquisas e/ou prova teórica acerca do conhecimento específico na área e fluência em língua estrangeira.”

Buscamos ainda examinar fatores que, a nosso ver, podem determinar a escolha das línguas estrangeiras exigidas nos processos seletivos para ingresso em programas de pós-graduação em Letras / Linguística do Brasil, a saber: a região brasileira em que se localiza a universidade à qual os respectivos PPGs se vinculam e a classificação da Capes atribuída aos programas cujos editais foram analisados.

3.1.1 Línguas estrangeiras e seus objetivos quanto à exigência nos processos seletivos para ingresso no mestrado

Realizamos análise de 145 editais dos anos de 2019-2021, que foram acessados por meio dos sítios eletrônicos de seus programas de pós-graduação. Neles, levamos em consideração informações sobre línguas estrangeiras que lá apareciam, como a LE era citada (proficiência, exigência), se a cobrança da LE era classificatória ou eliminatória durante o processo, entre outros aspectos. Estes dados foram todos reunidos em planilha do programa Excel e a partir desta reunião, os filtramos e geramos as figuras estatísticas apresentadas no trabalho.

Destes, 20 editais (13,7%) não faziam exigência em relação à proficiência em LE e 5 (3,4%) apresentavam informações vagas sobre LE. Quanto à frequência, então, foram analisados 120 editais. Para compreender as forças que incidem nessa exigência de LE nos processos de seleção para ingresso no mestrado, analisamos o ato administrativo do Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965 sobre cursos de mestrado e doutorado, no qual a própria Capes (2019) identifica que tradicionalmente esses cursos – de mestrado e doutorado – usam de “provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras. Pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado”. Ressaltamos que se trata de uma constatação e não de uma normativa. Examinamos também a Resolução nº7 de 11 de dezembro de 2017, que dispõe, em seu Art.1º §4º (CAPES, 2017b), que “é admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses”. Ou seja, não há obrigatoriedade de uso e de cobrança de conhecimento de língua estrangeira para os cursos, trata-se novamente de uma opção.

Por limitações de tempo, não foi possível analisar resoluções dos PPGs e de suas respectivas instituições de ensino superior acerca da exigência ou promoção de LE no âmbito da pós-graduação, que representariam forças internas que incidem nas políticas linguísticas das quais os editais são parte. Limitamos nossa análise à legislação do MEC, da Capes e os editais para ingresso no mestrado dos PPGs da área de avaliação Letras / Linguística.

Alguns editais, portanto, exigiam que os candidatos comprovassem proficiência em uma LE específica, enquanto, em outros, era possível escolher uma LE entre duas, três ou mais línguas ou mesmo comprovar proficiência em qualquer língua que não fosse o português. Houve ainda editais que exigiam comprovação de proficiência em mais de uma LE. Primeiro, analisamos a porcentagem de cursos de pós-graduação com relação ao número de Línguas de Proficiência possíveis no edital de seleção de cada curso. É este indicativo que a Figura 1 abaixo demonstra.

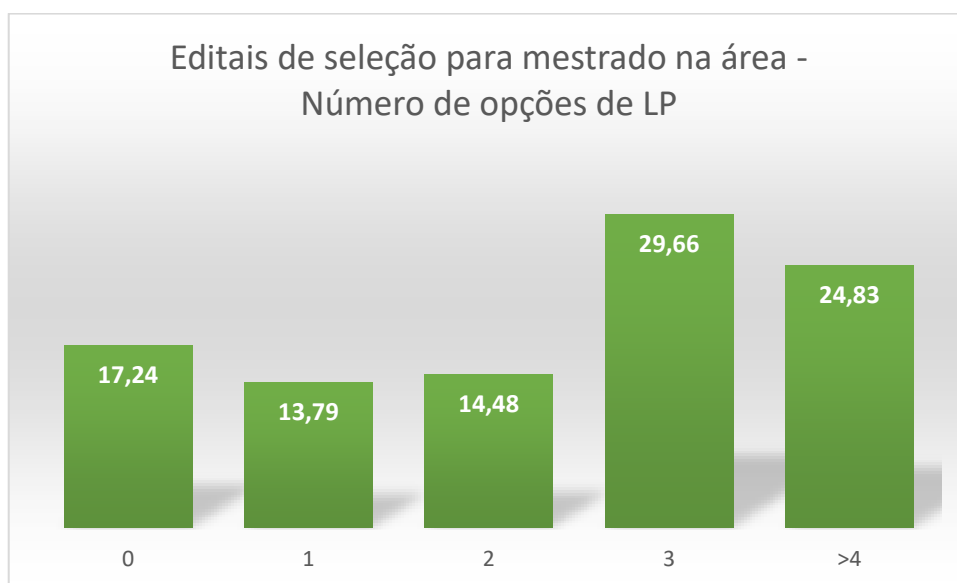


Figura 2- Porcentagens de cursos de PPG na área com relação ao número de opções de LPs no edital de seleção de cada curso.

Conforme evidenciado na Figura 1, mais de 68,97% dos editais de seleção aceitam duas ou mais línguas para comprovação de proficiência. Com base nesses dados, podemos dizer que os processos seletivos para mestrado na área de Letras / Linguística se encaminham a uma configuração multilíngue ao invés de se renderem à cultura hegemônica da língua inglesa. Vale considerar também que a quantidade de editais que não exigem proficiência em língua alguma é alta e traz à luz a questão da real importância de cobrar-se esse tipo de conhecimento nesses processos seletivos.

A seguir, apresentamos a Figura 2, que evidencia as línguas predominantes nos editais que requiriam comprovação de proficiência em mais de uma LE.

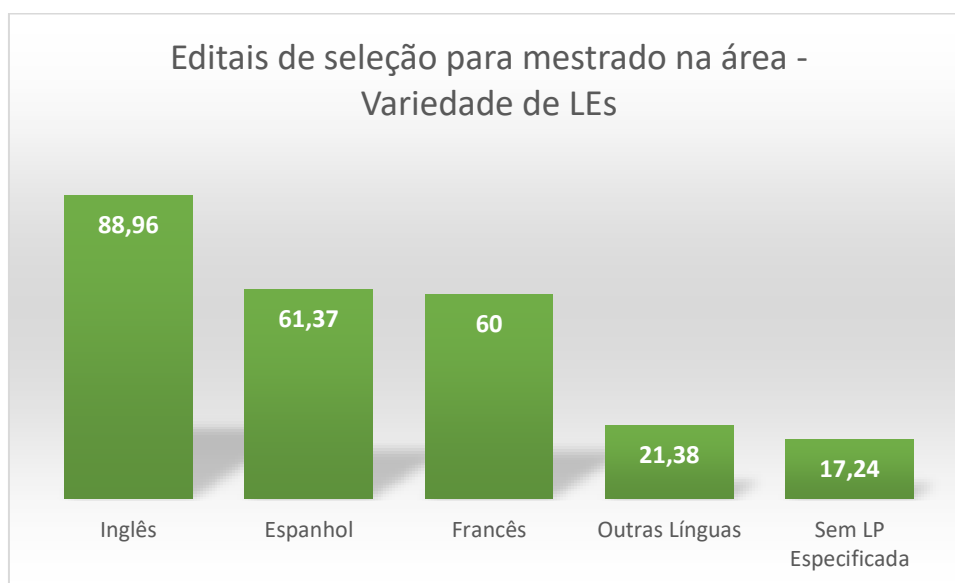


Figura 3 - Porcentagem de cursos de Pós-Graduação (PG) que aceitam uma certa Língua Estrangeira (LE) como Língua de Proficiência nos seus editais de seleção.

Os dados mostram claramente que o inglês é a língua mais valorizada nos processos seletivos para mestrado na área, sendo exigida/aceita por 117 cursos, seguida das línguas espanhola e francesa, que são aceitas em 89 e 87 processos seletivos, respectivamente. Estes números corroboram estudos, como os de Hamel (2017), que apontam o prestígio desproporcional conferido à língua inglesa no ensino superior e na ciência na América Latina.

Apesar de o inglês ser a língua mais exigida nos editais, destacamos a menção a francês, espanhol, italiano e alemão (estes últimos, como os mais frequentes da categoria outras línguas), o que, a nosso ver, pode significar que diversos PPGs na área adotam a tendência multilíngue, que, conforme sugere Hamel (2017), pode representar um movimento de resistência da América Latina em relação ao superprestígio do inglês no domínio acadêmico. Quanto a isso, o autor defende que o modelo multilíngue tem de ser levado para além da academia e “implica revigorar o multilinguismo no subcampo da comunicação, fortalecer as publicações na língua nacional e criar condições ótimas de recepção e publicação em línguas estrangeiras. Esse conjunto de políticas pode ser expresso em um esquema de políticas multilíngue” (HAMEL, 2017, p. 249).

Chamamos a atenção para o fato de que, enquanto alguns PPGs em Letras / Linguística mantêm seus processos seletivos atrelados à hegemonia da língua inglesa, outros expandem as portas da seleção acolhendo até cinco línguas para a mesma finalidade. A hegemonia, no âmbito das políticas linguísticas, no entanto, vai além da valorização de uma única LE. É preciso verificar de que forma os candidatos precisaram comprovar proficiência em uma LE.

Neste sentido, a análise dos editais nos permite dizer que a proficiência tende a ser exigida em provas que contemplam apenas as habilidades de leitura e interpretação de textos na língua-alvo. Quando não, a proficiência deve ser cumprida por meio de certificados de proficiência emitidos por diversas instituições de ensino, como centros de línguas ou cursos de línguas estrangeiras, assim como por meio da entrega de certificados internacionais de proficiência ou até mesmo pelo diploma de graduação do candidato que possua licenciatura ou bacharelado naquela língua. Comprovar proficiência por prova ou certificados não é, porém, a única maneira de atestar capacidade para entrada no mestrado. Grande parte dos processos seletivos, contemplam etapas mais complexas que abarcam desde entrevistas e defesa de um pré-projeto até provas de conhecimentos específicos. Esta última mesmo, possível de demandar conhecimentos em uma outra língua, ao sugerir bibliografia de referência em línguas estrangeiras. Para tanto, analisamos nos editais quais deles possuíam bibliografia de referência em língua estrangeira também quando possuíam prova de conhecimentos específicos, conforme Figura 3.

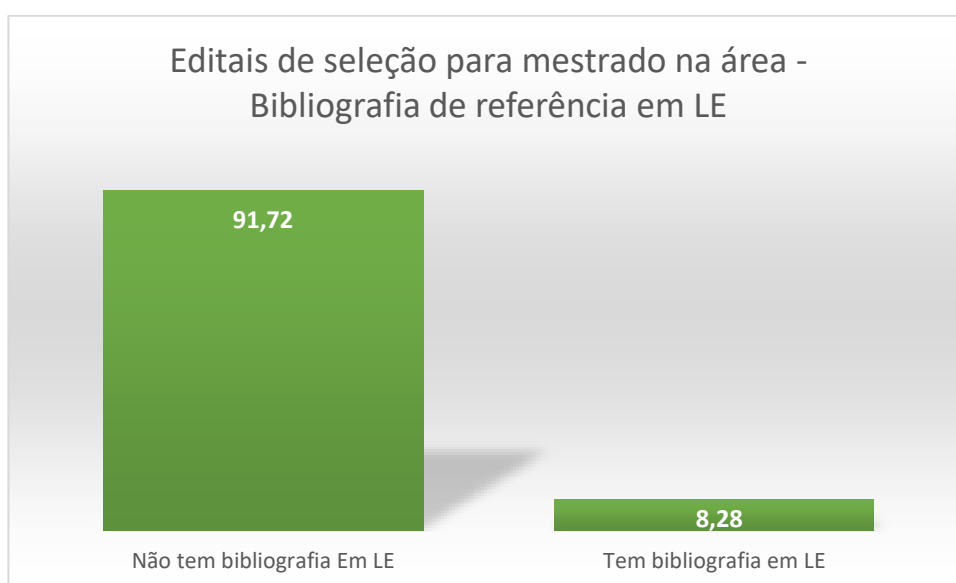


Figura 4 - Porcentagens de cursos de Pós-Graduação (PG) com relação a ter ou não ter bibliografia de referência em Língua Estrangeira (LE) nos editais de seleção dos cursos.

Apesar de 82% dos editais exigirem a comprovação de proficiência em pelo menos uma língua estrangeira, apenas 8,2% apresentam bibliografia de referência em língua estrangeira. Ou seja, a proficiência é, prioritariamente, cobrada em provas específicas a esse fim. Além disso, 20% destas bibliografias, apresentam material em mais de uma língua, preservando processos majoritariamente hegemônicos.

Mas, para além disso, o multilinguismo pode ser indicativo de qualidade? Seriam os processos seletivos que priorizam o multilinguismo, cursos mais bem classificados segundo o Conceito Capes então? Primeiro é preciso que entendamos a classificação dos cursos de pós-graduação na área Letras / Linguística em relação ao conceito de avaliação da Capes. A Capes é a principal fomentadora e reguladora de cursos de pós-graduação no Brasil e para tanto, é ela quem avalia e organiza os mesmos. Esta avaliação é válida desde 1998 e é regida pela Diretoria de Avaliação/Capes e “realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores” (CAPES, 2021). Seu objetivo é o de manter e garantir a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil.

A avaliação é realizada de maneira quadrienal e conta com oito conceitos de classificação. O conceito A (nas Figuras 3 e 4, representado por “0”) é dado aos cursos recém-inaugurados e aprovados para abertura. É um conceito de liberação e indica justamente que o curso pode funcionar. Após este, os cursos podem ser analisados em classificações de conceito 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Os conceitos 1 e 2 são conferidos a programas que não atendem aos requisitos de avaliação e acabam sendo cancelados, perdendo o reconhecimento de seus cursos de mestrado e doutorado. Já os outros, permitem a continuidade dos cursos, sendo que:

A nota 3 implica em um desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade, enquanto 4 é considerado um bom desempenho; se um PPG oferta apenas cursos de mestrado e atinge o conceito 4, pode pedir a abertura de um curso de doutorado. A nota 5 significa que o programa é muito bom, sendo a máxima para PPGs que ofertam apenas turmas de mestrado. Os conceitos 6 e 7 atestam a excelência de um PPG em nível internacional — os únicos programas que podem alcançar os conceitos de excelência internacional são os que oferecem curso de doutorado. (MACKENZIE)

É a partir do conceito 4 que os Programas têm a possibilidade de abrir cursos de doutorado e assim, expandir a pós-graduação de seus cursos e PPGs. O sistema de pontuação atribuído pela Capes, porém, é importante não apenas para ranquear ou cancelar

cursos e programas de pós-graduação, mas é uma nota que contribui também para o estabelecimento e compreensão dos processos de internacionalização das universidades do Brasil, como podemos compreender a seguir

As notas 7 e 6 atribuídas aos PPGs, mediante a Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), indicam nível de excelência, com especial atenção à inserção internacional. [...] A nota 5 indica que o PPG está no caminho da internacionalização. [...]” (Plano de Internacionalização da UnB, 2018, p. 9).

Ainda sobre isto, mas se aprofundando sobre internacionalização, De Wit et. al. (2013), citados por Jordão et. al. (2020, p. 38) aponta que

[...] as razões que motivam a internacionalização das universidades se dividem em fatores de ordem política, econômica, sociocultural e acadêmica, e são fatores estabelecidos localmente, conforme a conjuntura de cada instituição e, por isso, cada instituição deveria avaliar os prós e contras do processo de internacionalização, bem como estabelecer os moldes nos quais ela se dará”.

Nesta perspectiva, dos 145 cursos analisados neste trabalho, apenas 18 deles possuem conceito 6 ou 7. Ou seja, menos de 15% deles têm atribuição de excelência, conforme exposto na Figura 4. As notas dos PPGs de acordo com a Capes foram obtidas na plataforma Sucupira.

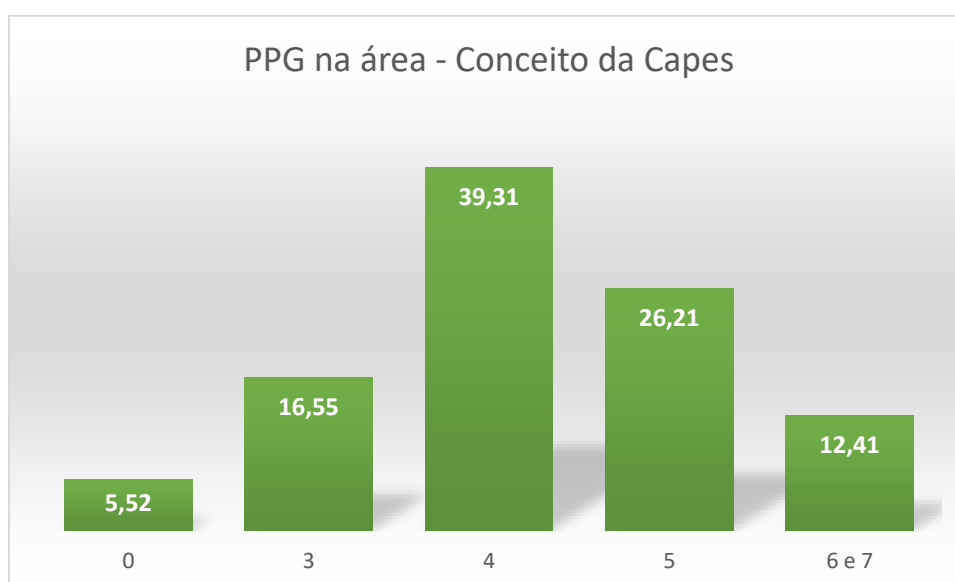


Figura 5 - Porcentagens de cursos de Pós-Graduação (PG) com relação ao conceito de avaliação da CAPES.

Esse panorama geral dos conceitos Capes no Brasil nos revela que os cursos de Letras / Linguística são majoritariamente caracterizados como aqueles de bom desempenho

– pois possuem mais de 40% deles com conceito 4. Considerando esse panorama, analisamos os processos de seleção com características mais multilíngues, de acordo com o que aqui apontamos como fator de multilinguismo, e sua relação com a classificação da Capes, como demonstrado na Figura 5.

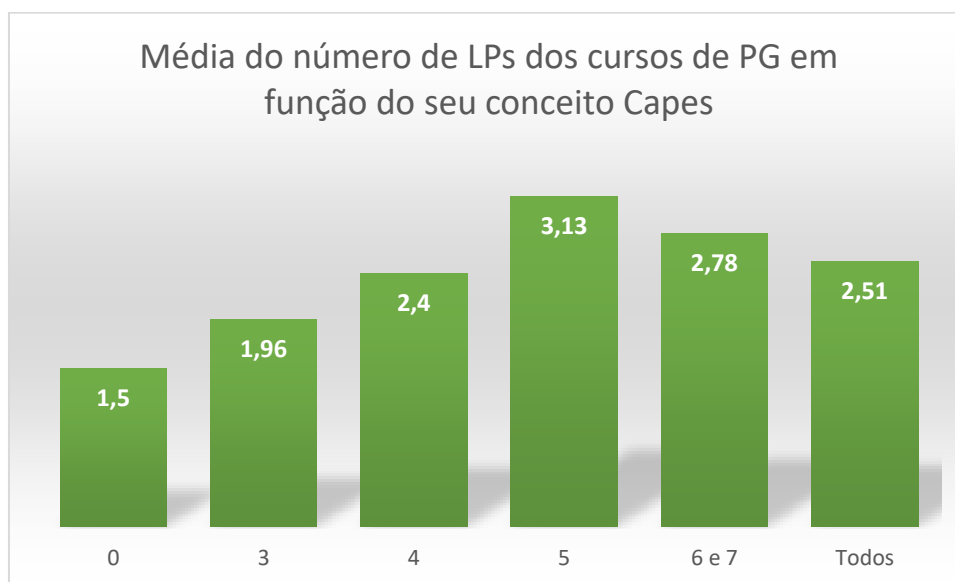


Figura 6 - Média do número de Línguas de Proficiência (LP) (aceitas no edital de seleção) para os cursos de Pós-Graduação com mesma classificação no conceito Capes.

É possível observarmos que os cursos de Conceito A (ou zero) e 3 apresentam em média 1-2 LP, ficando abaixo da média geral e da média dos cursos de Conceito 4, 5, 6 e 7 que apresentam 2,6 línguas. A Figura, porém, apresenta um dado curioso já que os cursos de Conceito 5 possuem média de LP bem maior que os outros, alcançando 3 línguas de proficiência, ainda assim fica clara a relação entre o Conceito Capes e a quantidade de línguas de proficiência, considerando que, até o conceito 5, a relação é linearmente crescente e, mesmo com um decréscimo nos PPGs com conceito 6 e 7, a média de LP em seus respectivos processos seletivos (2,78) é maior do que a média geral (2,51). Em outras palavras, os PPGs que têm conceito igual ou acima de 5 apresentam média maior de LP em seus editais do que a média geral.

A análise dos editais, portanto, nos permite dizer que: (1) as línguas mais aceitas nas seleções para ingresso em cursos de mestrado em Letras / Linguística são, nesta ordem: inglês, espanhol, francês e outras; (2) os processos seletivos não apresentam multilinguismo quando há bibliografias de referência em LE e não consideram a prova de conhecimentos específicos para avaliar proficiência dos candidatos em LE e, por fim; (3)

há relação entre quanto mais multilíngue é o processo seletivo, melhor é o conceito do PPG segundo avaliação da Capes.

Estes são resultados interessantes e, sem dúvida, relevantes para o mapeamento de políticas linguísticas na ciência e no ensino superior, e que, em alguma medida, corroboram conclusões de inúmeros estudos sobre LE neste universo.

3.2 Crenças de egressos de cursos de mestrado em Letras/Linguística

Analisamos as respostas ao questionário sob a ótica de crenças linguísticas, que, segundo Spolsky (2016, p. 35), são relacionadas a entendimentos e valorização que o sujeito pertencente àquela comunidade associa a seu grupo de pertencimento, neste caso, com uma língua ou processo do qual fez parte durante o mestrado. Nesta perspectiva, as crenças podem ser observadas nos questionários respondidos pelos mestres em Letras / Linguística.

Sobre isto, é importante entendermos que se, por um lado, há PPGs que se mantêm atrelados à hegemonia da língua inglesa, por outro, há programas que, possibilitando aos candidatos a escolha de outras línguas, valorizam o multilinguismo na academia. Como já mencionamos, a hegemonia de uma língua é mantida por meio de inúmeras estratégias e questão implícitas em diferentes esferas sociais. Vão desde a realização de atividades que parecem puramente burocráticas até a concepção compartilhada pelos falantes sobre o valor de determinada língua. No intuito de ampliar o horizonte da análise, buscamos verificar a modalidade da língua que mestrandos tiveram que comprovar proficiência e a que situações comunicativas foram submetidas para comprová-la.

Para tanto, elaboramos um questionário composto por doze perguntas, sendo três delas perguntas relativas à controle/organização dos dados – perguntas sobre: se o respondente possuía mestrado em linguística, contato dos respondentes e identificação da IEs que fez seu curso. As outras nove perguntas, porém, eram fechadas e apresentavam, cerca de cinco alternativas cada. A análise das respostas se deu de maneira semelhante à análise dos editais. Primeiro, migramos as repostas para uma planilha e as analisamos de maneira individual. A partir desta análise individualizada, pudemos realizar os cálculos estatísticos que nos proporcionaram gerar as figuras e gráficos apresentados nesta seção.

A primeira pergunta do questionário indagava se o respondente estava disposto a participar da pesquisa, à qual obtivemos 199 respostas positivas. Em seguida, perguntamos se os respondentes dispostos a participar da pesquisa possuíam título de mestre em Programas na área de Letras / Linguística¹⁰, e 152 (76,4%) das respostas foram sim. Os outros 47 (23,6%), por não corresponderem ao perfil requerido, foram encaminhados à página de agradecimento por participação na pesquisa. Assim, foram analisadas as respostas de 152 mestres em Letras/Linguística, que serão apresentadas a seguir. Um dos pontos que nos interessava saber dizia respeito a ano e semestre de defesa da dissertação dos respondentes para garantir alguma coerência, em termos temporais, entre os editais analisados e a experiência dos egressos respondentes.

Sobre o semestre/ano em que a dissertação foi defendida, 41% dos respondentes marcaram a opção de anteriormente ao primeiro semestre de 2017. Além disso, 13% responderam que defenderam a dissertação em 1º/2021 e 8%, em 2º/2021.

Obtivemos respostas de mestres provenientes de 46 diferentes universidades, das quais se destacaram, em número de respostas, a UnB (17 participantes), a UFPR (11 participantes), a Unisul (10 participantes) e a USP (9 participantes). Em seguida, perguntamos sobre a cobrança de conhecimento em línguas estrangeiras no processo seletivo para entrada no respectivo curso. Os dados para apreciação estão na Figura 6.

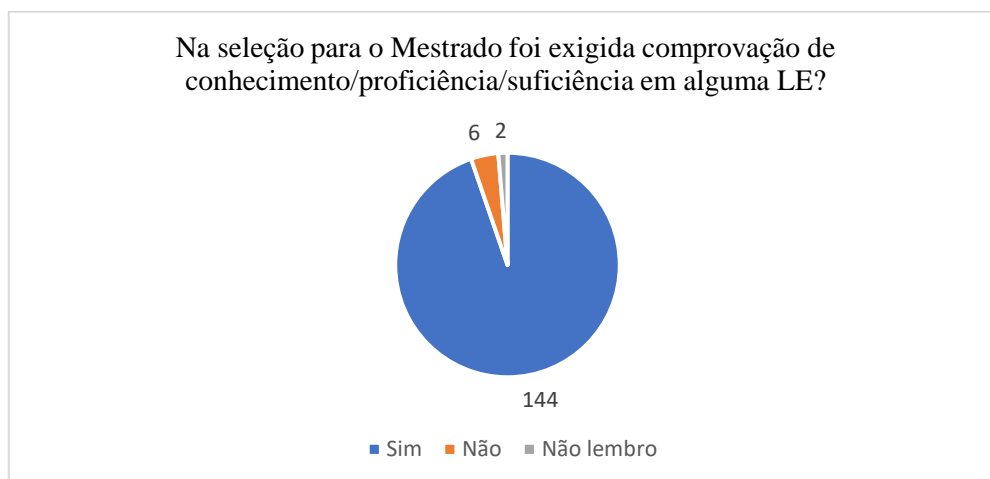


Figura 7 - Comprovação de proficiência em LE

¹⁰ Os PPGs na área, em geral, são nomeados como: Linguística, Linguística Aplicada, Letras, Estudos da Linguagem, Estudos Linguísticos, Literatura, Estudos Literários, Tradução, Estudos da Tradução, entre outros.

Das 152 respostas, 144 foram positivas, 5 negativas e 2 ‘não lembro’, ou seja, a maioria dos respondentes submeteu-se a processos seletivos que exigiam comprovação de conhecimento em uma língua estrangeira. Este número (94% dos processos seletivos de acordo com os respondentes, cobravam LE) corrobora com os dados gerados na análise dos editais, que evidenciou que 86% deles realizavam esta cobrança.

É importante ressaltarmos que, nesta pergunta, a resposta negativa impedia o participante de continuar respondendo ao questionário e o encaminhava à página de agradecimento, ou seja, a partir desta pergunta o número de participantes passou a ser o de 144 respondentes válidos, aos quais perguntamos como se deu a comprovação dessa proficiência. Os números correspondentes às respostas obtidas estão dispostos na Figura 7.

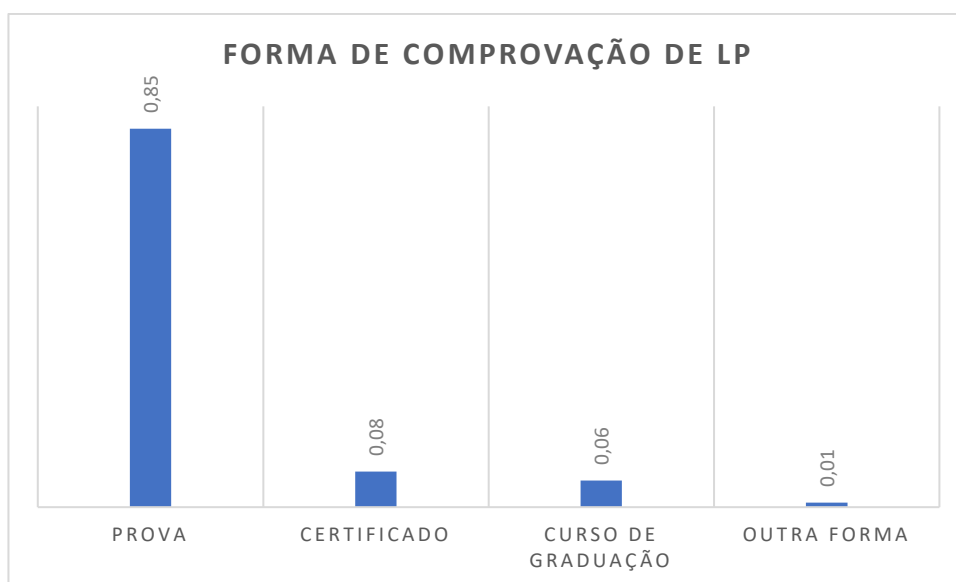


Figura 8 - Proporção das formas de comprovação em LP escolhidas pelos egressos na seleção para o mestrado.

Comparando os dados da Figura 7 com os da Figura 9, os números parecem mostrar que os participantes, mesmo sendo graduados em uma LE, precisaram se submeter a uma prova para comprovar proficiência. A Figura 7 evidencia a reponsabilidade que recai nas provas de proficiência dos processos seletivos/provas de cursos de línguas interligados à Universidade, já que 85% dos respondentes comprovaram a proficiência a partir de provas deste tipo, o que atribui grande peso a essas avaliações.

Quando perguntados em quais línguas o candidato ao mestrado havia comprovado seu conhecimento, apenas seis línguas sendo três principais, foram apresentadas, conforme a Figura 8.

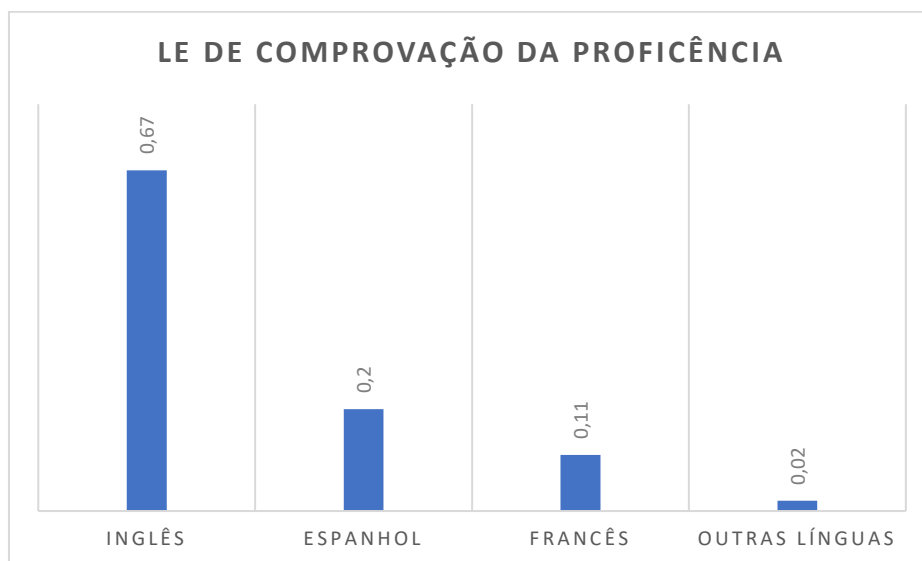


Figura 9 - Proporção de alunos que comprovaram proficiência em uma certa Língua Estrangeira (LE).

As línguas mencionadas nesta questão foram inglês, espanhol, francês e outras¹¹(que, no caso, se tratava de alemão, italiano e línguas indígenas). Este indicativo condiz com as línguas estrangeiras mencionadas nos processos seletivos analisados anteriormente, deixando de fora apenas a língua japonesa e a árabe, que, mesmo que poucas vezes, estavam entre as opções.

No que tange às línguas mais citadas nos processos seletivos, as línguas inglesa, francesa e espanhola continuam em destaque. O inglês, porém, é visivelmente a língua mais escolhida pelos participantes para atestar proficiência em LE. Sobre isto, é importante levarmos em consideração que “a proficiência em uma língua, quer falada ou escrita, estabelece um limite obrigatório de escolha linguística, e fornece um forte instrumento de gestão linguística implícita” (SPOLSKY, 2016, p. 36).

A proficiência em uma língua, quer falada ou escrita, estabelece um limite obrigatório de escolha linguística, e fornece um forte instrumento de gestão linguística implícita. Os outros dois componentes também abrangem forças significativas. Minhas crenças sobre as variedades linguísticas entre as quais eu posso escolher, baseadas nas minhas percepções do seu uso dentro e fora do domínio familiar, ajudam a explicar não só as escolhas linguísticas como também as decisões de gestão: Os diferentes valores atribuídos a línguas padrão e línguas de herança em geral explicam as decisões dos pais quanto a qual língua falar

¹¹ Apenas após consideração da banca de defesa que notamos que no questionário, quando perguntados sobre a LE, dispomos as opções de línguas de maneira condizente à hegemonia linguística que tanto discutimos neste trabalho ao colocarmos a língua inglesa como primeira opção de resposta.

e reforçar em casa, assim como explicam as decisões governamentais nas políticas linguísticas nacionais” (SPOLSKY, 2016, p. 36).

A escolha linguística aqui pode ser compreendida como a LE escolhida para a comprovação de proficiência e isso implica também as crenças que levam a essa escolha. A figura, a seguir, apresenta, portanto, dados sobre o motivo que levou os candidatos a comprovarem proficiência em determinada língua.

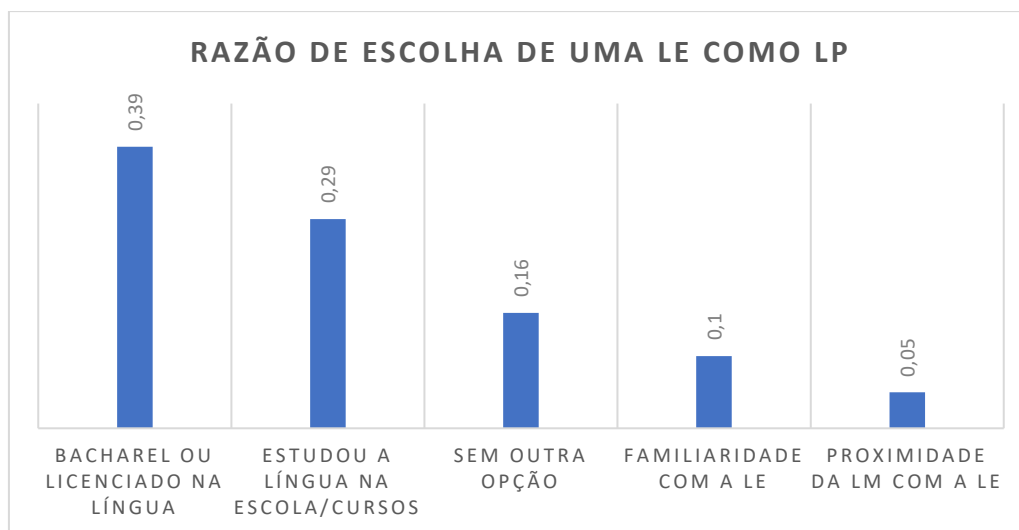


Figura 10 - Proporção de alunos em função da razão para escolha de uma certa Língua Estrangeira (LE) como Língua de Proficiência (LP). LM é a abreviação para Língua Materna.

Ser bacharel ou licenciado na respectiva LE é o motivo mais citado para justificar a escolha da LP. Este resultado possivelmente tenha sido impulsionado pelo perfil de quem participa de seleções para PPGs na área Letras/Linguística: egressos de cursos de graduação em Letras. Outras justificativas para comprovação do conhecimento em LE são as relacionadas à formação acadêmica em nível de graduação e ao conhecimento formal prévio, ou seja, realização de cursos de línguas. A articulação dessas razões para a escolha da LP com o predomínio do inglês como LP (tanto nos editais quanto na escolha dos candidatos) nos remete ao que sugere Ortiz (2004, p. 12) como forma de entender o advento e o itinerário da supremacia do inglês

[...] é olharmos para as mudanças nos currículos das escolas secundárias em relação ao ensino das línguas estrangeiras. [...] Em meados do século XIX (1850-1870), os idiomas francês e alemão, em conjunto, eram ensinados em 91% das escolas secundárias existentes (45,5%, respectivamente) e o inglês, em 8,3% delas. Entre 1900-1944 esses números foram alterados (inglês, 39,6%; francês, 47,9% e alemão, 16,3%), mostrando um razoável equilíbrio entre os idiomas. Entre 1972-1986 alterou-se definitivamente esse quadro: inglês (72%), francês (17,6%) e alemão (0,8%).

Cerca de 15% dos participantes justificaram a comprovação de proficiência em determinada língua por não possuírem outras opções de escolha, dado coerente com o fato de 11% dos editais oferecerem apenas uma LE para comprovação de proficiência, o que, no geral, é o inglês. Além disso, ter familiaridade com uma língua, mesmo sem conhecimento propriamente formal foi considerado relevante para justificar a escolha da LE, assim como o de uma língua – no caso, provavelmente, o espanhol – ser próxima ao português brasileiro. Ou seja, 16% dos respondentes indicam, de certa forma, que o conhecimento não formal também pode ser útil para comprovação de proficiência em uma LE em processos seletivos de mestrado.

Por meio do questionário, geramos também dados sobre as crenças dos egressos acerca da correspondência entre a proficiência comprovada no ingresso do mestrado e sua real capacidade de usar a LE. É isto que exploramos na Figura 10.

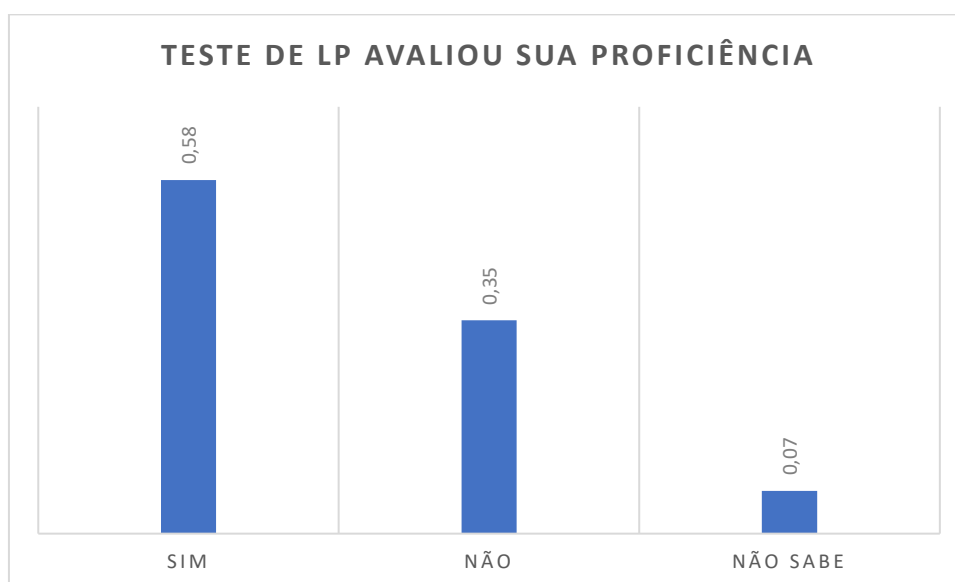


Figura 11 - Proporção de alunos em função das respostas a questão se os testes de proficiência, exigidos pelos cursos de Pós-Graduação (PG), avaliaram corretamente sua proficiência em uma Língua Estrangeira (LE).

Como discutido anteriormente, a capacidade de uso de uma língua não depende necessariamente de um conhecimento formal dela. Ou seja, o conhecimento que temos de uma língua, estrangeira ou não, deve atender a necessidades específicas da nossa vida social nos domínios dos quais participamos e, nesta direção, vale lembrar as palavras de Jordão et. al. (2020, p. 38): só faz sentido classificar a proficiência em LE se ela for contemplada de forma “situada, contingente e relativa a cada contexto específico de comunicação”.

Quase 60% dos respondentes apontaram que a proficiência comprovada reflete sua capacidade de uso da LE. Isso indica o quanto confiam nos resultados das provas. McNamara e Frost (2018) ao estudarem este tipo de prova apontam que, estas são realizadas com focos à uma proficiência irreal da língua, a um nível que não se fará, de fato, útil na vida de quem o realiza.

Por fim, perguntamos¹² sobre o uso da LP durante o curso de mestrado. Abaixo estão os dados das respostas obtidas:

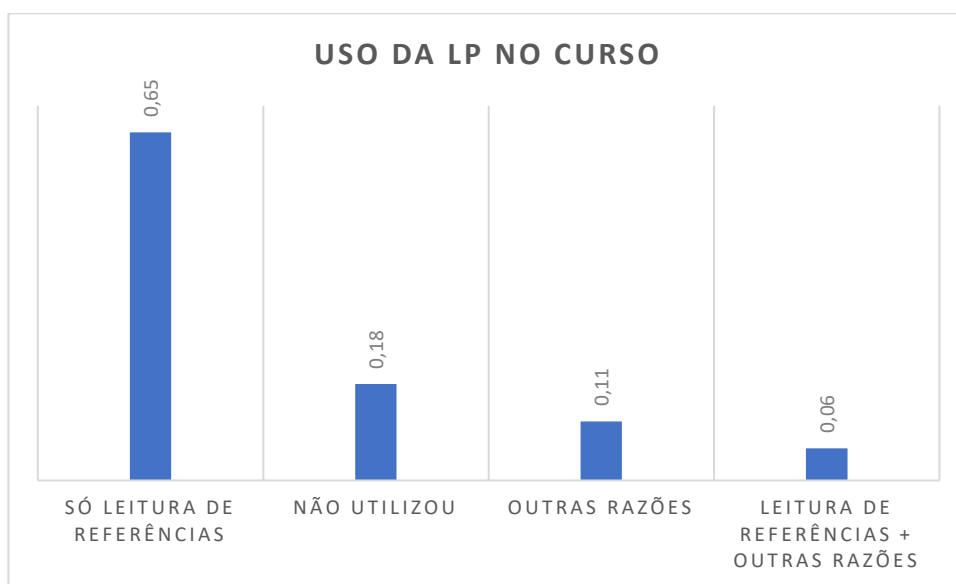


Figura 12 - Proporção de alunos em função do tipo de utilização da Língua de Proficiência (LP) no seu curso de Pós-Graduação (PG).

Porém, como pode ser observado, a cada respondente temos 0,71 que aponta ter utilizado a LP para realizar leituras para a dissertação. Isso demonstra que o conhecimento de língua estrangeira, nesses casos, funcionou como um recurso acadêmico para ampliar as possibilidades de diálogo com obras escritas em outras línguas, executando, portanto, papel importante no desenvolvimento do processo de investigação.

Verificamos ainda que um número significativo de participantes (na proporção de 0,18 para 1) afirma não ter feito uso da LE que comprovou conhecimento durante o curso do mestrado, o que gera a pergunta da real necessidade de cobrança desse conhecimento. Esse questionamento surge também devido ao fato de que muitos processos

¹² É importante salientar que cometemos um erro na última questão do questionário, que correspondia à pergunta: “Durante o mestrado, você usou essa língua para”, pois não permitimos a seleção de mais de uma opção, o que forçou os respondentes a escolherem a opção que mais lhes cabia ou a propor, na opção “outros”, que todas as opções os representavam.

seletivos deixaram a comprovação de conhecimento em uma LE como procedimento posterior à seleção, nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19. Ou seja, para que se evitasse o contato e devido regras de afastamento social, muitos processos seletivos passaram a permitir que as provas de proficiência e até mesmo a entrega de documentos certificadores de conhecimento em LE fossem realizadas posteriormente ao ingresso no curso.

3.3 Práticas: Bibliografias

Da mesma forma que analisamos as respostas ao questionário, buscando compreender crenças dos egressos de cursos de mestrado em Letras/Linguística, verificamos as referências em LE de suas dissertações, entendendo-as como práticas linguísticas. Vale lembrar que Ortiz (2004, p. 13), ao discutir o aumento de uso de uma LE¹³ sobre outras na academia, aponta que “não são apenas os artigos que confirmam esse movimento, as citações, ou melhor, as obras de referências o reforçam integralmente.” Assim, as referências bibliográficas em LE dessas dissertações foram examinadas de forma a verificar também sua coerência com as respostas dos participantes, nos questionários que recebemos, de maneira aliada à amostra aleatória de dissertações defendidas em cursos cujos editais foram contemplados nesta pesquisa¹⁴. Para tanto, analisamos 103 dissertações aleatórias, e 99 dissertações dos respondentes do questionário.

Primeiro, averiguamos a média com a qual os estudantes que comprovaram proficiência em inglês usaram essa língua nas referências de seus trabalhos em comparação àqueles que não comprovaram inglês como língua de proficiência, como observa-se na Figura 12.

¹³ A LE apontada pelo autor é o inglês, indo, portanto, na mesma direção do que nossa pesquisa aponta, a hegemonia dessa língua no mestrado – seja no processo seletivo, seja nas obras em LE citadas nas dissertações.

¹⁴ Somente a partir da Figura 18 apresentamos os dados que abraçam ambas as informações provenientes dos respondentes dos questionários quanto das obtidas de maneira aleatória. As Figuras anteriores à 18, portanto, representam os dados apenas das dissertações de quem respondeu ao questionário.

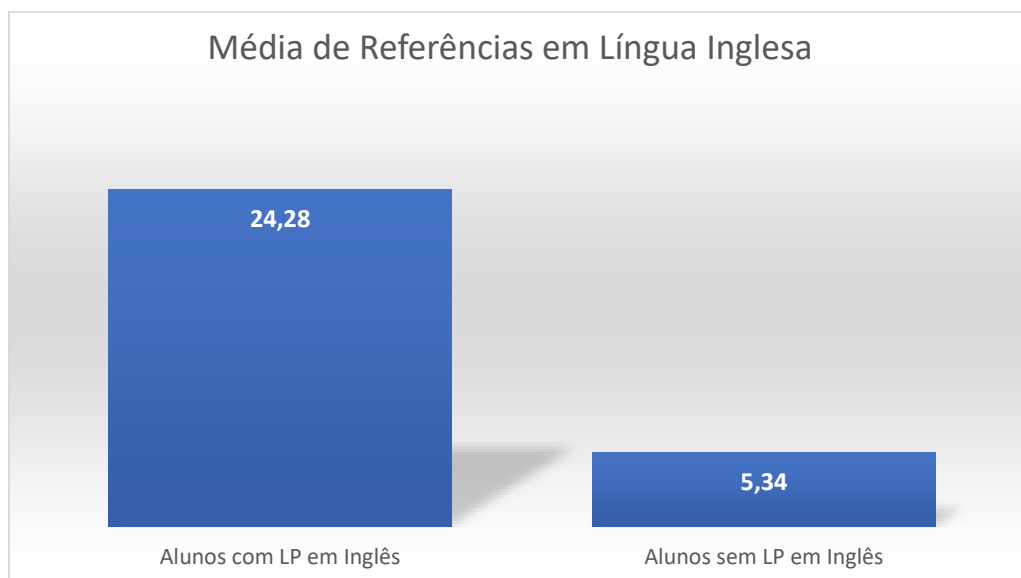


Figura 13 - Média de referências bibliográficas em Língua Inglesa dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em inglês, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em inglês.

É totalmente coerente a relação demonstrada no gráfico, em que a média de pessoas que comprovaram o inglês como LP, a usam mais do que aqueles que não a comprovaram. Ou seja, aqueles que mais usaram a língua inglesa nas bibliografias – em média vinte e quatro citações - foram os que comprovaram proficiência nesta língua, enquanto os que menos a utilizaram – em média cinco citações – foram os que menos comprovaram proficiência na língua. Nesta mesma perspectiva analisamos a média de referências também nas línguas espanholas e francesas, conforme Figuras 13 e 14. Podemos dizer ainda que quem comprova proficiência em inglês é exatamente quem cita mais obras em LE. Este fenômeno pode ser resultado de inúmeros fatores, é provável que um deles seja o enorme número de obras publicadas em inglês na área.

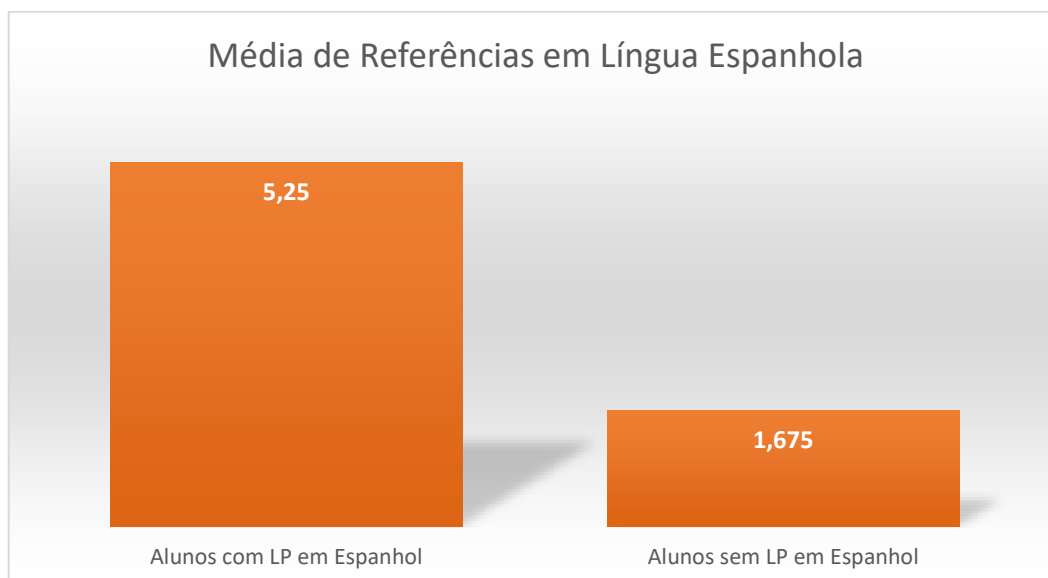


Figura 14 - Média de referências bibliográficas em Língua Espanhola dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em espanhol, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em espanhol.

No caso do espanhol, também vemos coerência quanto à média de referências na língua por aqueles que comprovaram proficiência nessa língua e aqueles que não a comprovaram, mas a usam para citações, já que quem comprova proficiência cita mais na língua do que quem não a comprovou na seleção. É importante notar, porém, que a média de pessoas com proficiência em espanhol e que citam obras nessa língua – média de cinco citações – não é tão discrepante quanto à média de citações na língua feita por pessoas que não comprovaram proficiência em espanhol – em média uma citação, em comparação com a média de referências em inglês de quem comprovou proficiência na língua inglesa (Fig. 12).

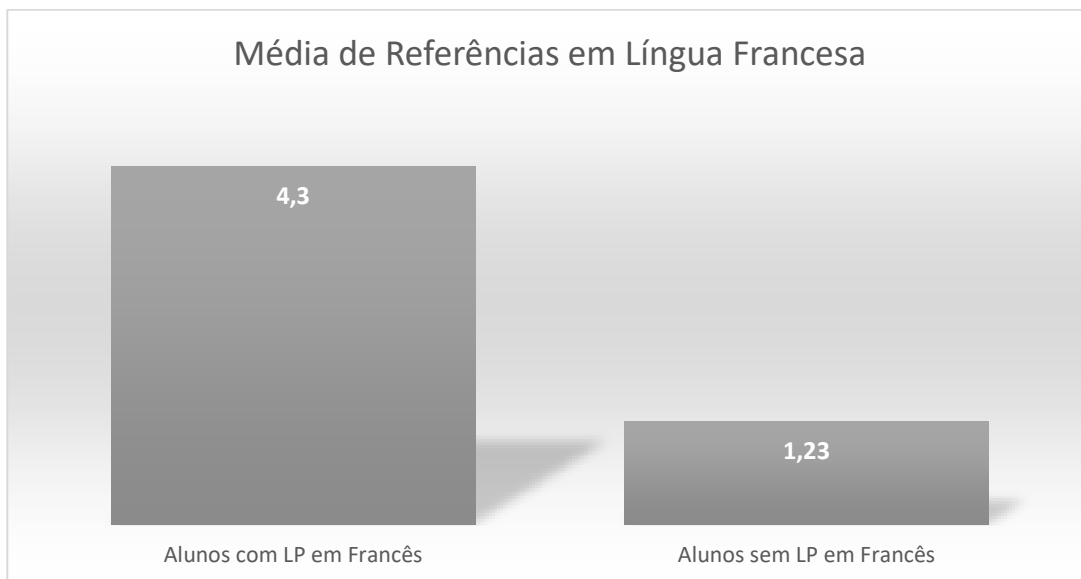


Figura 15 - Média de referências bibliográficas em Língua Francesa (nas dissertações de mestrado) dos alunos que comprovaram a Língua de Proficiência (LP) em francês, comparadas com médias dos alunos que não comprovaram Língua de Proficiência (LP) em francês.

Da mesma forma que o inglês e o espanhol, o francês mantém coerência quanto à sua média de citações e pessoas que comprovaram proficiência nesta língua, os respondentes que comprovaram proficiência na língua francesa citam obras nessa língua quase 4 vezes mais do que aqueles que não certificaram conhecimento neste idioma. E, seguindo a tendência da língua espanhola, o francês também possui menor distância nas médias de citação por alunos com proficiência- média de quatro citações - e alunos sem proficiência na língua – com média de uma citação. Por fim, fica óbvio que quem comprova proficiência em francês é, entre todos os que fazem referência a textos em LE em suas dissertações, o grupo que menos cita obras em LE.

Para melhor análise e entendimento desses dados, a Figura 15 permite que façamos comparações de maneira mais clara acerca destas três línguas e as tendências que seguem nas bibliografias das dissertações analisadas.

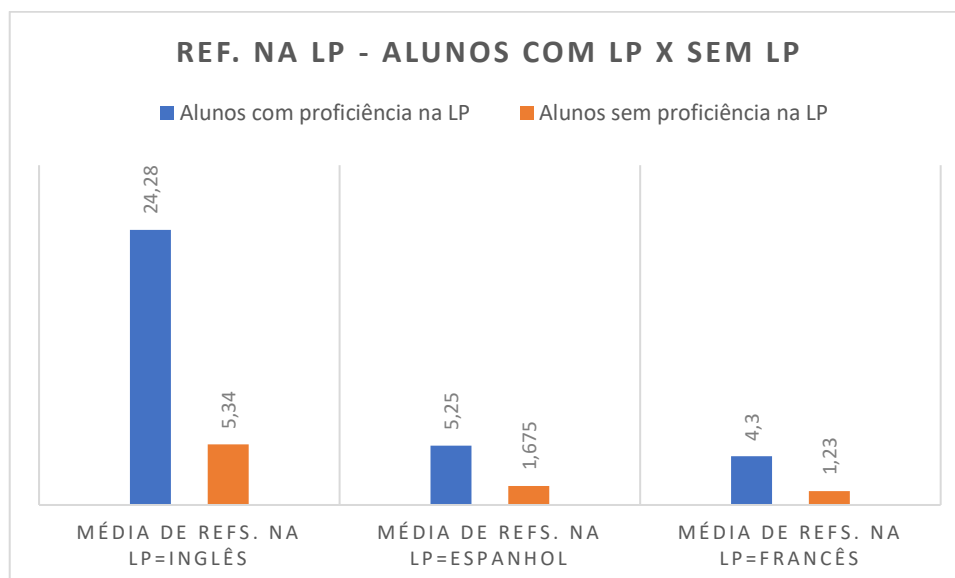


Figura 16 - Esta figura sintetiza os resultados apresentados nas figuras 11, 12 e 13. Comparamos as médias de referências (nas dissertações de mestrado) na Língua de Proficiência (LP) dos alunos que comprovaram proficiência nesta LP versus aqueles alunos que não

É discrepante a média de citações em língua inglesa com as médias de citação nas línguas espanhola e francesa. Mesmo no caso em que os respondentes não tenham comprovado proficiência propriamente em inglês, a média de citações nessa língua é maior do que quando houve comprovação de proficiência em espanhol e francês. Ou seja, bibliografias em língua inglesa são quatro vezes mais citadas do que bibliografias de língua espanhola. Para verificar se quem tem proficiência em determinada língua cita mais obras nessa língua em suas dissertações, vejamos os dados que apresentamos na Figura 16.

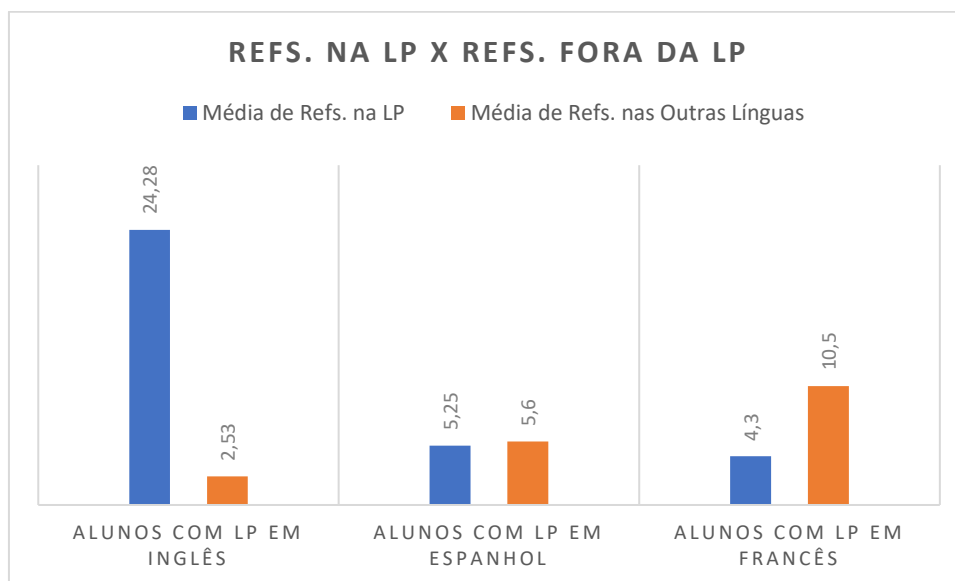


Figura 17 -Esta figura é complementar à figura 15 e compara a média de referências nas dissertações de mestrado na Língua de Proficiência (LP) com a média de referências em outras línguas diferentes da LP.

A Figura 16 representa a média de referências de quem comprovou proficiência em uma língua específica – inglês, espanhol e francês, respectivamente – na mesma língua específica – representado pelas barras azuladas – e a média de referências em outras línguas – representado pelas barras alaranjadas.

Aqui observamos, portanto, que aqueles que apresentaram proficiência em língua inglesa citaram em média vinte e quatro bibliografias em inglês e duas bibliografias em outras línguas. Até então, compreensível, afinal se você comprova proficiência em uma LE é natural que você a cite mais em sua dissertação pois é a língua em que o participante, supostamente, possui (maior) competência. O que surpreende nesta figura, porém, são as informações sobre o espanhol e francês.

É curioso observar que os participantes que possuíam o espanhol como língua de proficiência utilizarem um pouco mais outras línguas em suas citações do que o próprio espanhol – o espanhol se dá numa média de 5,25, enquanto outras línguas apresenta uma média de 0,4 a mais com 5,6 citações.

Mas o mais curioso ainda é o caso da língua francesa, que apresenta uma discrepância entre a média de citações em outras LE e a média de citações em francês. Isso porque aqueles que possuíam a proficiência em francês, faziam citações nesta língua, em média, quatro vezes, porém quando as citações eram em outras línguas, essa média cresceu

para 10,5 citações. Ou seja, quem comprovou proficiência em francês, citou mais obras em outras LE do que no próprio francês.

Em outras palavras: quem comprovou proficiência em inglês dá um lugar muito mais limitado, em sua dissertação, a obras em outras línguas, talvez isso tenha a ver com a crença em uma suposta suficiência do inglês para a realização de atividades da ciência, talvez porque textos originalmente publicados em outras línguas estejam disponíveis também em inglês. Estas, no entanto, são apenas especulações. No caso de quem comprovou proficiência em espanhol, parece-nos que se trata de um grupo mais receptivo em termos de multilinguismo do que o grupo que atestou proficiência em inglês, uma vez que a média de obras em espanhol é próxima à média de textos em outras LE citados. Em outra direção, no entanto, está o grupo que comprovou proficiência em francês, que parece conferir mais lugar, em suas dissertações, a obras em outras LE do que àquelas escritas em francês.

Ainda sobre as citações bibliográficas, analisamos as médias de referências em línguas estrangeiras por cursos que exigem comprovação de proficiência em alguma LE e cursos que não a exigem. E são essas informações que a Figura 17 demonstra.

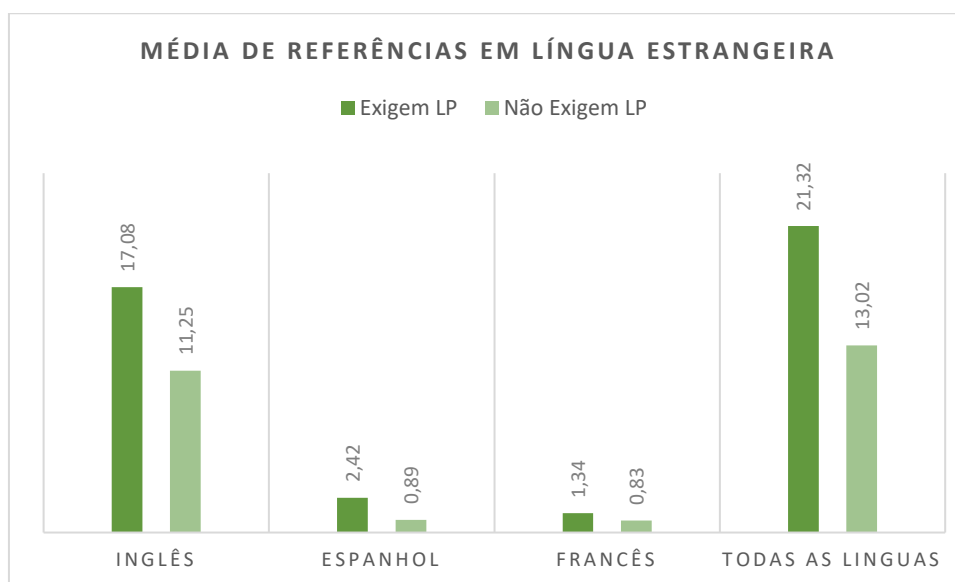


Figura 18 - Comparação da média de referências em Língua Estrangeira (LE) em função dos cursos de Pós-Graduação (PG) exigirem uma Língua de Proficiência (LP) ou não.

A Figura 17 mostra que os cursos que cobram proficiência em língua estrangeira são também os cursos nos quais os alunos mais empregam referências em línguas estrangeiras – em média vinte e uma citações. No entanto, a média de referências

em línguas estrangeiras por cursos que não cobram a proficiência ainda é consideravelmente alta – apresentando 13,02 citações por dissertação. É interessante notar que mesmo as dissertações defendidas em PPGs que não exigem LP, há muita citação em LE, principalmente em inglês, que apresenta uma média de 11,25 citações.

A prática de fazer referência a obras em LE pode ensejar a discussão de Bauman (2001) sobre um princípio próprio da modernidade, o pertencimento, segundo o qual, pertencer a determinado grupo social significa se autoidentificar em relação a esse grupo, isto é, viver de acordo com esse grupo e seus modelos de conduta (sem se desviar nem ficar para trás), imitá-lo, seguir seu padrão (BAUMAN, 2001, p. 41).

A média de citações em língua inglesa é marcante e, a nosso ver, pede análises mais detalhadas sobre o fenômeno. Para tanto, verificamos as médias de referências em língua estrangeira nas dissertações em função dos cursos exigirem apenas o inglês como língua de proficiência (LP = Inglês) ou permitirem outras línguas estrangeiras (LP>Inglês) além do inglês. A Figura 18 representa justamente esses dados.

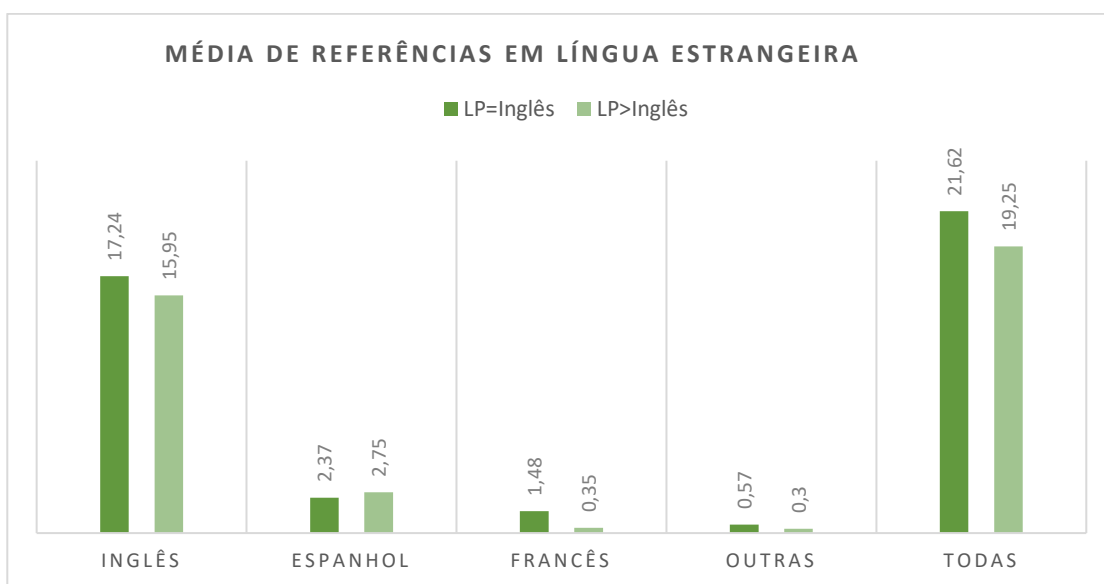


Figura 19 - Comparação da média de referências em Língua Estrangeira (LE) em função dos cursos de Pós-Graduação (PG) exigirem uma Língua de Proficiência (LP) ou não.

Em termos de senso comum, o caminho mais coerente seria o de que quanto mais línguas possíveis de comprovar proficiência, mais essas línguas apareceriam nas bibliografias. Ou seja, os cursos que se restringem à comprovação de proficiência apenas ao inglês seriam os que teriam mais citações em inglês e menos citações em outras línguas, no entanto, conforme essa figura apresenta, exceto no caso do espanhol, os dados apontam

em outra direção. O francês e as demais línguas são consideravelmente mais utilizadas nas referências quando o processo seletivo restringe a proficiência à língua inglesa. O espanhol, porém, é mais utilizado nos casos em que o edital permite a comprovação de proficiência em mais de uma língua.

A questão que fica aqui é quais podem ser as forças externas que levam um processo seletivo a aceitar proficiência em uma ou mais LEs sobre outras. E uma destas forças pode ser justificada pela posição geográfica da universidade do respectivo PPG. Sob este foco, o espanhol seria mais privilegiado em universidades que se localizam em cidades fronteiriças a países que tem o espanhol como L1 (ou entre suas principais línguas oficiais). PPGs de universidades situadas em grandes centros políticos e econômicos contemplariam mais línguas do que PPGs de universidades de regiões, digamos, menos cosmopolitas. E universidades situadas em regiões próximas a terras indígenas ofereceriam a proficiência em línguas indígenas como opção para comprovar proficiência mais do que PPGs localizados em universidades longe deste contexto.

Com isto em vista, o posicionamento geográfico poderia se mostrar um fator relevante para o leque de línguas aceitas nos processos seletivos das Universidades, e conseqüentemente, para o leque de línguas presentes nas bibliografias das dissertações. A figura 19 demonstra a média de referências em línguas estrangeiras por região do Brasil.

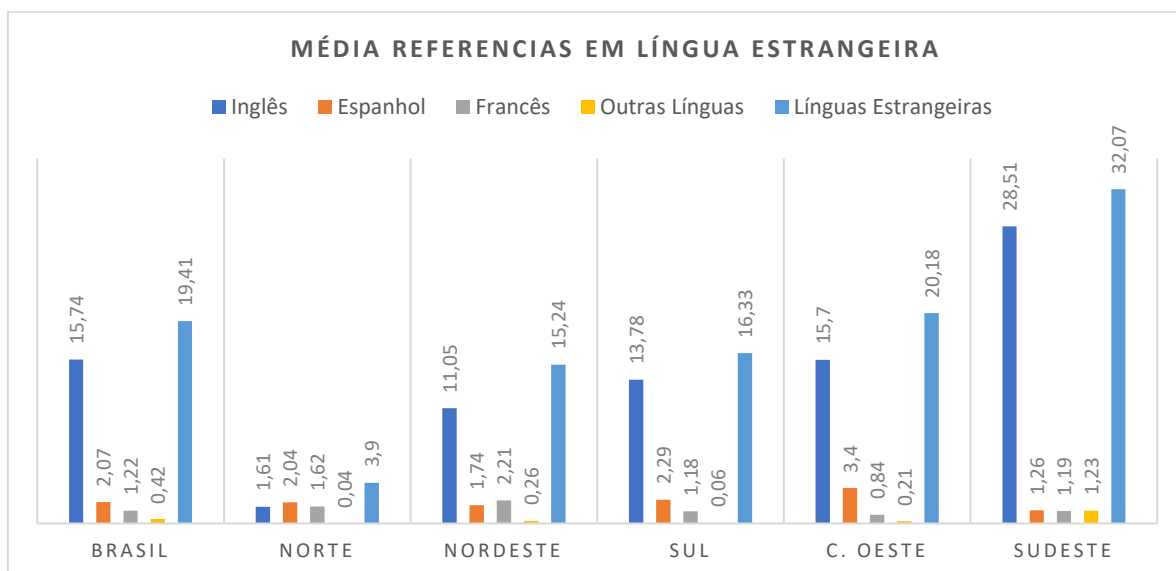


Figura 20 - Média de referências em Língua Estrangeira (LE) nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).

A média brasileira de citações em línguas estrangeiras é de 19,41. Dentre essas, quase 80% dizem respeito à língua inglesa, seguidas do espanhol, francês e outras

línguas. É um padrão interessante e que reflete o caráter hegemônico do inglês no domínio da ciência e do ensino superior no país. Há, porém, exceções que desviam desse padrão e abrem novos horizontes de uso e escolha de língua, como o caso da região Norte, onde as línguas espanhola e francesa são mais citadas que o inglês. As próximas figuras apresentam detalhes sobre estes dados.

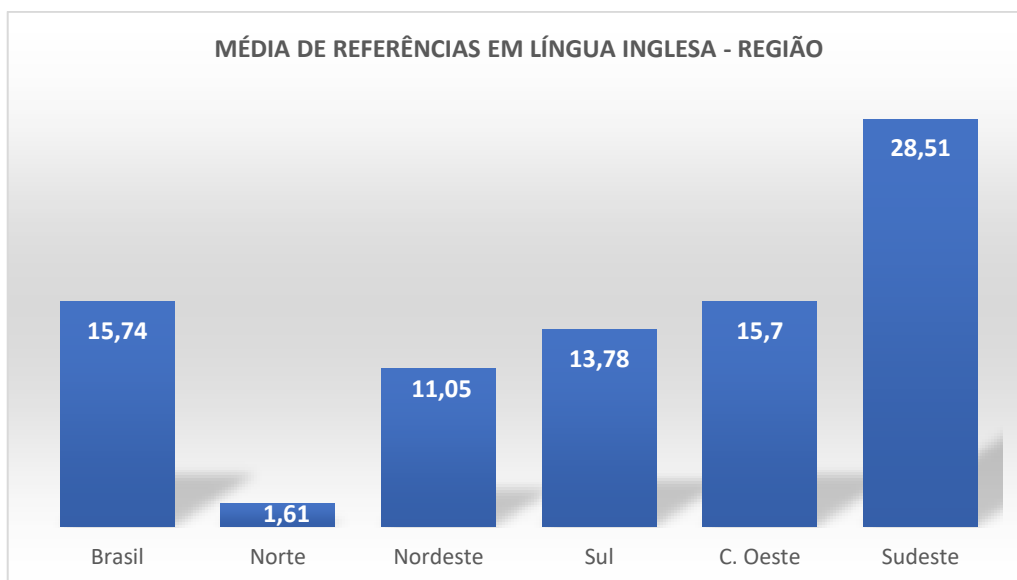


Figura 21 - Média de referências em Língua Inglesa nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).

O inglês é língua das obras em LE mais frequentes nas bibliografias das regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste, respectivamente. Porém, na região Norte, a queda nas citações em língua inglesa é significativa, chegando a uma média de 1,61 citação, sendo a mais próxima desta, a média do Nordeste de 11,05 citações, dez vezes a mais.

É indicativa também a quantidade de bibliografias em LE citadas no Sudeste, que alcança quase 30 por dissertação. Se considerarmos essa região como a que agrega os maiores centros econômicos e de poder do país, tem-se aí uma explicação razoável para o predomínio do inglês e, por supostamente se tratar de uma região multilíngue, para o lugar que outras LE aí teriam.

Pelo que os dados evidenciam, obras em espanhol mantém média relativamente alta nas referências de dissertações de diferentes regiões do Brasil e é isso que a Figura 21 demonstra.

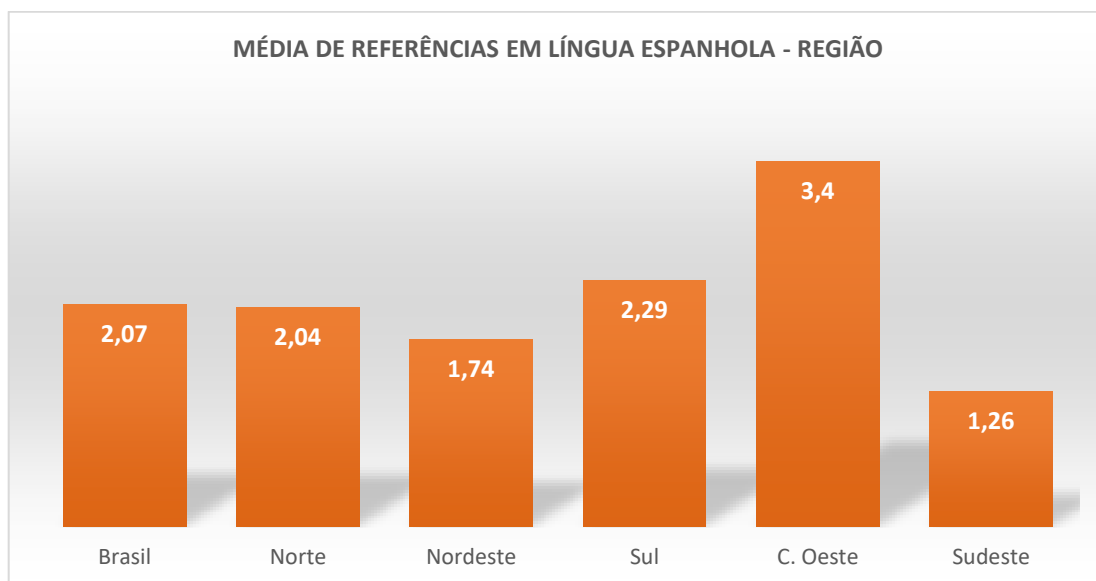


Figura 22 - Média de referências em Língua Espanhola nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).

O Brasil faz fronteira terrestre com nove países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, sendo que o espanhol é língua oficial de sete desses países. Sob essa ótica de contato entre fronteiras e até mesmo de migração, esperávamos que o espanhol fosse uma língua com médias relativamente altas de referência nas dissertações, tal qual o inglês. Porém, observamos que esse fato, na realidade, não ocorre.

A região que possui maior índice de referência é a região centro-oeste – região que não faz fronteira terrestre com nenhum outro país – alcançando uma média de três referências nesta língua. O Sul possui uma média de um pouco mais de duas citações por trabalho e segue em segunda posição quanto ao uso do espanhol – o que para nós, parece ser coerente por essa ser uma região de fronteiras extensas e contato mais próximo a países cujo espanhol é a L1 – seguido das regiões norte e nordeste, respectivamente. O Sudeste é, porém, a região com menor índice de referências em língua espanhola. Fato esse curioso, já que grandes centros econômicos e “globalizados” se encontram nesta região e nisso subentende-se grandes centros multilíngues. Mas e o Francês, o quanto será que essa língua é utilizada nas referências? É isto que a Figura 22 aborda.

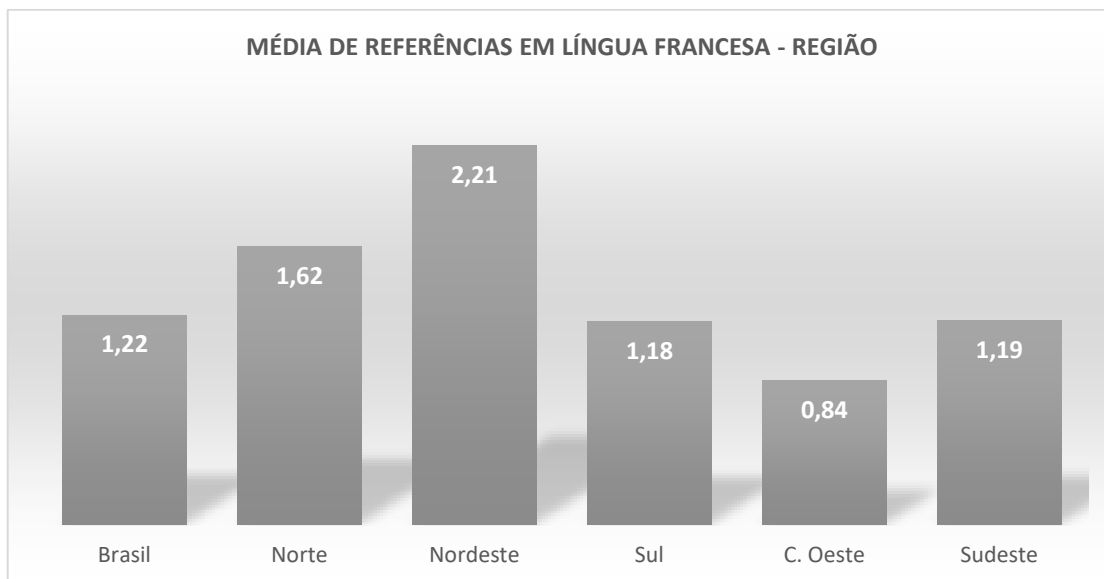


Figura 23 - Média de referências em Língua Francesa nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).

É no Nordeste que se cita mais em francês – com o realce de duas citações em média - enquanto as regiões norte, sudeste e sul tem a média de uma citação. O destaque aqui é, porém, para a região centro-oeste que quase não cita em francês. A média que gira em torno de 0,8 citações é uma representação da desvalorização do francês como língua da ciência no Brasil. Consideramos importante também, analisar a média de referências nas regiões num panorama geral, atentando-nos à todas as línguas estrangeiras, conforme a Figura 23.

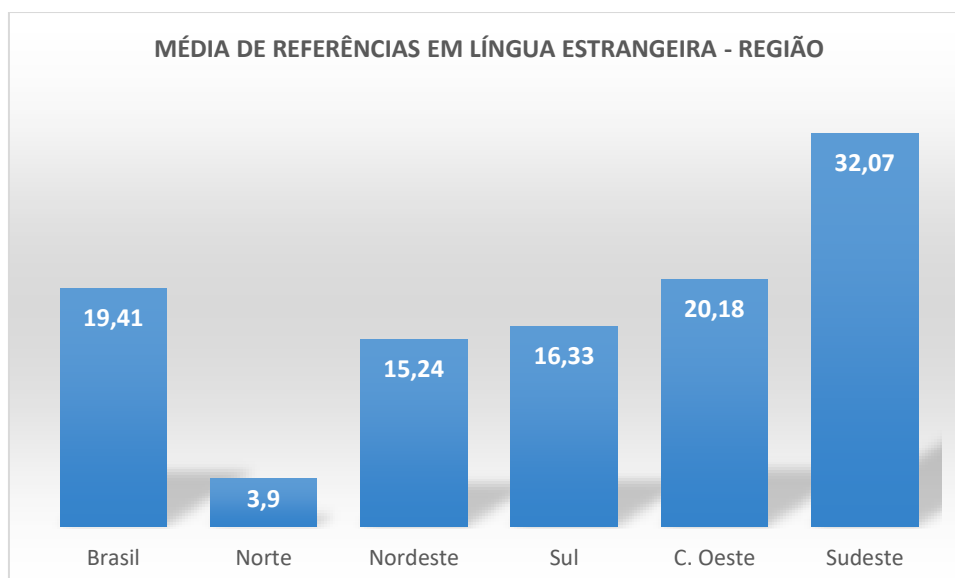


Figura 24 - Média de referências em qualquer Língua Estrangeira (LE) nas dissertações de mestrado em função das regiões onde estão localizados os cursos de Pós-Graduação (PG).

A média de referências em línguas estrangeiras no Brasil é consideravelmente alta e alcança quase vinte trabalhos. A região que possui maior destaque é a Sudeste com uma média de trinta e duas citações, seguida do Centro-oeste, Sul e Nordeste. Importante que consideremos que esta média do Sudeste pode ser majoritariamente atribuída à língua inglesa, que possui grande destaque como língua estrangeira na região, sendo esta responsável por 87,5% das citações em LE.

A região Norte é a que aparece com menor média, alcançando cerca de quatro citações por trabalho. É um dado interessante já que apresenta uma queda de mais de cinco por cento da média da região com segundo menor número, o Nordeste. É notável lembrarmos também que a região Norte é região exceção ao padrão: inglês, espanhol, francês, por possuir mais citações em espanhol e francês, deixando o inglês como terceira língua mais citada. Portanto, podemos dizer que, aparentemente, não existe correlação direta entre fronteiras e línguas usadas nas regiões, mas de certa forma há relação entre língua e a região de incidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas linguísticas na ciência e no ensino superior, compreendidos, nesta pesquisa, como um domínio social, foram analisadas com base na proposta de Spolsky (2016), partindo do princípio de que, como pontuado por Spolsky (2016), as instituições de ensino escolar, independentemente do nível de ensino, são domínios altamente complexos. No caso dos PPGs na área de Letras / Linguística, além de incidirem aí práticas e crenças dos participantes, que variam em múltiplas dimensões, tem-se a própria natureza do domínio, que, por definição, é comprometido com a gestão da linguagem.

Para tanto, consideramos seus participantes, levando em conta que são diversos e carregam consigo diferentes crenças e práticas, muitas das quais provém de outros domínios, sobre LE e seu papel (lugar) na pós-graduação. Nesta miscelânea de complexidades, analisamos editais para seleção de pós-graduação na área de Letras / Linguística como uma forma de gestão interna, no que tange à implementação de regras e regulamentos acerca de possibilidade de cobrança de línguas estrangeiras. É com o olhar sobre a gestão que começaremos as considerações finais deste trabalho.

É por meio da análise dos editais que observamos algumas questões quanto ao nível de multilinguismo dos cursos de Letras/Linguística. Primeiramente, os dados nos mostram que 68,97% dos processos seletivos analisados oferecem mais de uma língua como LP, o que nos dá índices de que esses processos valorizam o multilinguismo.

Em contrapartida, o número de processos que não cobra nenhuma língua de proficiência ou não especifica qual LE é cobrada é também significativo, 17,24% não exigem o conhecimento¹⁵ de uma LE. Ainda sobre o assunto, observamos também que por mais que esses editais possibilitassem a proficiência em mais de uma LE, dentre os que possuíam provas de conhecimentos específicos, apenas 8,28% apresentavam indicação de bibliografias em língua estrangeira. Ou seja, trata-se de um conhecimento cuja necessidade não é imediata.

Mas até que ponto esta língua é de fato utilizada durante o curso? Ou será que essa cobrança não passa de uma máscara? Sobre isto, Silva (2013, p. 315) argumenta que a proficiência em uma língua estrangeira é socialmente “percebida como um símbolo de

¹⁵ Conhecimento esse não exigido de maneira formal, já que há programas que “recomendam” que o candidato possua proficiência em língua inglesa.

status, de poder, de pertencimento a grupos específicos. Ela também é “econômica” na medida que ser ou não proficiente em uma língua pode ter consequências econômicas positivas ou negativas.” A proficiência em uma língua estrangeira é indicativa da influência que esta língua possui, é indicativa das crenças de uma comunidade.

Para tanto, investigamos quais línguas eram mais frequentes e recomendadas nesses processos seletivos e concluímos que o inglês (88,96%) é a língua mais aceita como LP, seguida do espanhol (61,37%) e do francês (60%). O destaque do inglês sobre outras línguas é impressionante, pois ele não está presente apenas em cursos muito específicos (como em literatura alemã que possui apenas o alemão como LP) e nos cursos que não possuem nenhuma língua estrangeira como língua de proficiência. Sobre isto, Ortiz (2004, p. 11), citando Swaan (2001, p. 28), aponta que sempre que alguém opta “em utilizar um determinado padrão, subscrever a uma rede particular de serviços, ou aprender uma língua específica, [...] incrementa a utilidade dessa [...] língua para todos os consumidores, associados ou falantes que já a utilizavam”. O edital como um instrumento de gestão linguística releva ainda mais a prioridade de conhecimento que se dá a uma LE – o inglês – sobre outras, ao indicar a proficiência em línguas estrangeiras.

As crenças sobre as línguas entre as quais o falante pode escolher, baseadas em suas percepções de uso dentro e fora do domínio acadêmico, ajudam a explicar não só as escolhas linguísticas como também as decisões de gestão. Os diferentes valores atribuídos às línguas explicam tanto as decisões dos candidatos sobre a língua na qual devem comprovar proficiência e também as línguas que merecem lugar em suas dissertações, como explicam também as decisões tomadas pelas comissões que elaboram os editais e as responsáveis pelas políticas linguísticas institucionais. “A gestão também dá conta de algumas escolhas linguísticas, mas não é automaticamente bem-sucedida” (SPOLSKY, 2016, p. 36). Nossos dados mostram que, mesmo aceitando mais de três LEs na seleção para ingresso no mestrado, o inglês continua sendo priorizado.

Ao estudarmos o perfil dos candidatos, em termos de multilinguismo, com base nas escolhas da LE e na bibliografia de suas dissertações, em que verificamos a valorização do inglês, perceptível em suas crenças e práticas também, ou se tratava de uma questão meramente sobre gestão. Primeiramente, investigamos a respeito do uso da LE no curso e obtivemos que 71% dos respondentes do questionário, afirmando ter usado a LE para realizar leituras para a dissertação. Em contrapartida, outros 18% afirmaram não ter

usado esse conhecimento. Analisamos também a dissertação dos respondentes dos questionários e observamos que aqueles que comprovaram proficiência em uma determinada LE (inglês, espanhol e francês) realmente as citaram mais do que os que não comprovaram, assim como os cursos que exigem LP realmente são os cursos cujas dissertações possuem mais citação em LE. Parece haver, portanto, coerência em cobrar proficiência em determinada(s) língua(s) estrangeira(s), já que de fato são empregadas na condução da pesquisa. Sobre isto é importante lembrarmos que

A proficiência em uma língua, quer falada ou escrita, estabelece um limite obrigatório de escolha linguística, e fornece um forte instrumento de gestão linguística implícita. Os outros dois componentes também abrangem forças significativas. Minhas crenças sobre as variedades linguísticas entre as quais eu posso escolher, baseadas nas minhas percepções do seu uso dentro e fora do domínio familiar, ajudam a explicar não só as escolhas linguísticas como também as decisões de gestão: Os diferentes valores atribuídos a línguas padrão e línguas de herança em geral explicam as decisões dos pais quanto a qual língua falar e reforçar em casa, assim como explicam as decisões governamentais nas políticas linguísticas nacionais” (SPOLSKY, 2016, p. 36).

Ao estudarmos o que determina a escolha de cada LE, verificamos que assim como nos editais, a língua estrangeira mais comprovada foi o inglês e os principais motivos dessa comprovação são provenientes de estudos formais prévios – seja na graduação ou cursos livres de línguas. Além disso, 58% dos respondentes acreditam que a proficiência comprovada no processo seletivo é condizente com o grau de conhecimento que eles possuem naquela LE.

A fim de compreender a prática do uso das LEs no domínio universidade, analisamos as bibliografias de mestres da área. Sobre isto é importante considerar que os textos que circulam na esfera de atividades acadêmicas são circunscritos por condições específicas e finalidades próprias dessa esfera (BAZERMAN, 2006), sua recepção e seu modo de produção só fazem sentido quando estritamente associados à realização de atividades próprias da academia. Portanto, levando esta perspectiva em conta, notamos que o inglês é a língua mais citada nas bibliografias, seja quando o curso cobra LP, seja quando o curso não realiza este tipo de exigência. Nesta perspectiva, Ortiz (2004, p. 11) aponta que isso pode significar que a

prática do inglês, seja como meio de comunicação, afirmação de prestígio, seja como expressão literária, implica o fortalecimento do padrão da língua inglesa no mercado de bens linguísticos. Sua autoridade

é reforçada quando as pessoas o empregam em suas tarefas cotidianas – do pós-colonialista que publica seu livro crítico em inglês, ao empresário brasileiro em suas viagens internacionais.

Podemos dizer que nosso estudo evidencia que as políticas linguísticas de PPG em Letras / Linguística buscam multilinguismo em seus editais, mas de certa forma mantêm a tendência da hegemonia do inglês ao darem preferência a essa língua sobre as outras. E os indivíduos mantêm a hegemonia da língua inglesa ao realizarem muito mais citações em inglês. Sobre isso Spolsky (2016, p. 33) afirma que “uma política desse tipo é manter o *status* existente de uma variedade já reconhecida ou [...] resistir a uma tendência de os falantes da variedade mudarem para o uso de outra”. Logo, esta política mantém o status do inglês como língua da ciência, mas segue com uma gestão que parece caminhar em direção ao multilinguismo.

REFERÊNCIAS

ARNOUX, Elvira. Embates de la “nueva economía”. Reflexiones glotopolíticas acerca de la enseñanza de lenguas otras (p. 11 -36). **Intersecciones: Revista da APEESP**.4 vol, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.apeesp.com.br/wp-content/uploads/Vers%C3%A3o-final-1.pdf>> Acesso em: 06 de jan. de 2022.

BAGNO, Marcos. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. 1ed, São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

_____. **DECRETO Nº 21.321, DE 18 DE JUNHO DE 1946**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

_____. **Currículo Mínimo e Duração dos Cursos de Letras - Parecer nº 283**. Conselho Federal de Educação, 1962. Disponível em: <<https://labhislingufrj.files.wordpress.com/2020/08/parecer-cfe-283-1962.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2021

CAPES. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017**. Ministério de Educação: Brasília, 2017. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=241#anchor>>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

_____. **Documento da Área - Área 41: Linguística e Literatura**. Ministério de Educação: Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/linguistica-e-literatura-pdf>> Acesso em: 12 de abr. de 2021.

_____. **Sobre a CAPES**. Ministério da Educação: Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>> Acesso em: 13 de jan. de 2022.

_____. **Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965**. Ministério da Educação: Brasília, 2019. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=314>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 7, de 11 de dezembro de 2017**. Ministério de Educação: Brasília, 2017. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=199#anchor>> Acesso em: 14 de abr. de 2021.

_____. **Documento orientador de APCN**. Ministério de Educação: Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/LINGUISTICA_LITERATURA_APCN_2021.pdf>. Acesso em: 24 de jan. de 2022

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. 1 ed, São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CÉSPEDES, Lucía. Latin American journals and hegemonic languages for academic publishing in Scopus and Web of Science. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n.60, v.1, p. 141-154, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/010318138901311520201214>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

EDITAL. In: MICHAELIS, Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/edital/>. Acesso em 07 de jun. de 2021.

FIORIN, José Luiz. A criação dos cursos de letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária. **Línguas e Letras**, vol. 7 n 12, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/887/752>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed, Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERHARDT; Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRANNIER, Daniele Marcelle. A criação do espaço institucional da Linguística. **DELTA**, 30 especial, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v30nspe/0102-4450-delta-30-spe-0479.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

HAMEL, Rainer Enrique. The field of science and higher education between the monopoly of English and plurilingualism: elements for a language policy in Latin America. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 52, v.2, p. 321-384, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/bqZHmrgdLJwZSmn7QChQSxK/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

_____. **Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

HAMEL, Rainer Enrique; LÓPEZ, Elisa Álvarez; CARVALHAL, Tatiana Pereira. **Language policy and planning: challenges for Latin America universities**. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14664208.2016.1201208>. Acesso em: 27 de set. de 2021.

IFG, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Manual de redação oficial**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. – 1.ed. – Goiânia: Ed. IFG, 2019. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/651/manual-redacao.pdf>. Acesso em: 17 de abr. de 2021.

JORDÃO, Clarissa; FIGUEIREDO, Eduardo H. D. de; LAUFER, Gabriela F.; FRANKIW, Thaina C. Internacionalização em inglês: sobre esse tal de *unstoppable train* e de como abordar a sua locomotiva. **Revista Ñemitýrã**, Asunción/PY: Instituto Superior de Lenguas; Facultad de Filosofía de la Universidad Nacional de Asunción, v. I, n. 2, p. 30-43, 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

MCCARTY, Teresa L., **Ethnography and Language Policy**. Oxfordshire: Routledge Publishing, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: _____. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-107.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O., **Estatística Básica**, 9 ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. v.19, n. 54, p. 5-22, 2004.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/93/89>>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma Linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RICENTO, Thomas. **An Introduction to Language Policy**: theory and method. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2005.

SANTOS, Sandra Maria de Carvalho; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do Nascimento. O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação. **Revista do Secretariado Executivo**, Passo Fundo, p. 133-143, n. 7, 2011 Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/2331/1485>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

SEVERO, Cristine Gorski. **Políticas linguísticas e questões de poder**. São Paulo: Alfa, vol. 57, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alfa/a/YRbtMdqmCWxKjtn8SQWGmHj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n (52.2): 289-320, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>>. Acesso em: 26 de jul. de 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Instruções para elaboração de editais de seleção para cursos de pós-graduação *stricto sensu***, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1_6NW6xkdgRbpGsZpmDPQx6etm_FvH6mv/view>. Acesso em: 17 de jul. de 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO CEPE N° 0098/2020, de 04 de dezembro de 2020**. Regulamenta os

Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília. Brasília/DF: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020. Disponível em: http://dpg.unb.br/images/Resoluo_CEPE_0098-2020_Regulamenta_os_Programas_de_Ps-Graduao_stricto_sensu.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

_____. **RESOLUÇÃO CEPE Nº 0080/2021, de 30 de julho de 2021**. Regulamenta os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília. Brasília/DF: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sYD7oqxbDkYjAckpBVxTh4M89W7s3swr/view>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. DGP – Decanato de Pós-Graduação: **Elaboração e encaminhamento de edital de seleção**. Criado em 2021b. Página Legislação. Disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/editais/editais-de-pos-graduacao/2-publicacoes/91-elaboracao>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

VANDRESSEN, Paulino. A Linguística no Brasil. **Comciencia**, 2001. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/linguagem/ling15.htm>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

APÊNDICES

Apêndice I

Questionário L.E. no Mestrado

Este questionário é parte da pesquisa "Políticas linguísticas em editais de seleção para cursos de pós-graduação em Letras/Linguística", desenvolvida por Ana Júlia Miranda Castro, que estuda o papel das línguas estrangeiras/línguas adicionais nos processos seletivos para mestrado em linguística/linguística aplicada/letras/estudos linguísticos/estudos da linguagem/literatura/estudos literários/tradução/estudos da tradução. Sua participação é voluntária, livre e totalmente anônima. A pesquisadora pode ser contatada/consultada a qualquer momento que você julgar necessário, através do e-mail anajumiranda@gmail.com. Apenas a pesquisadora e sua orientadora, Profa. Dra. Marcia Niederauer, terão acesso às respostas ao questionário. Ressalta-se ainda que você pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Ao aceitar responder o questionário, você declara que está ciente da natureza de sua participação.

Você aceita participar dessa pesquisa?

- Sim
- Não

Você é mestre em linguística/linguística aplicada/letras/estudos da linguagem/estudos linguísticos/literatura/estudos literários/tradução/estudos da tradução?

- Sim
- Não

E-mail: _____

1. Em qual semestre/ano você defendeu sua dissertação?

- 1/2021
- 2/2020
- 1/2020
- 2/2019
- 1/2019
- 2/2018
- 1/2018
- 2/2017
- 1/2017
- Antes de 2017.

2. Em qual universidade você cursou seu mestrado?

3. Seu mestrado foi em que curso/programa?

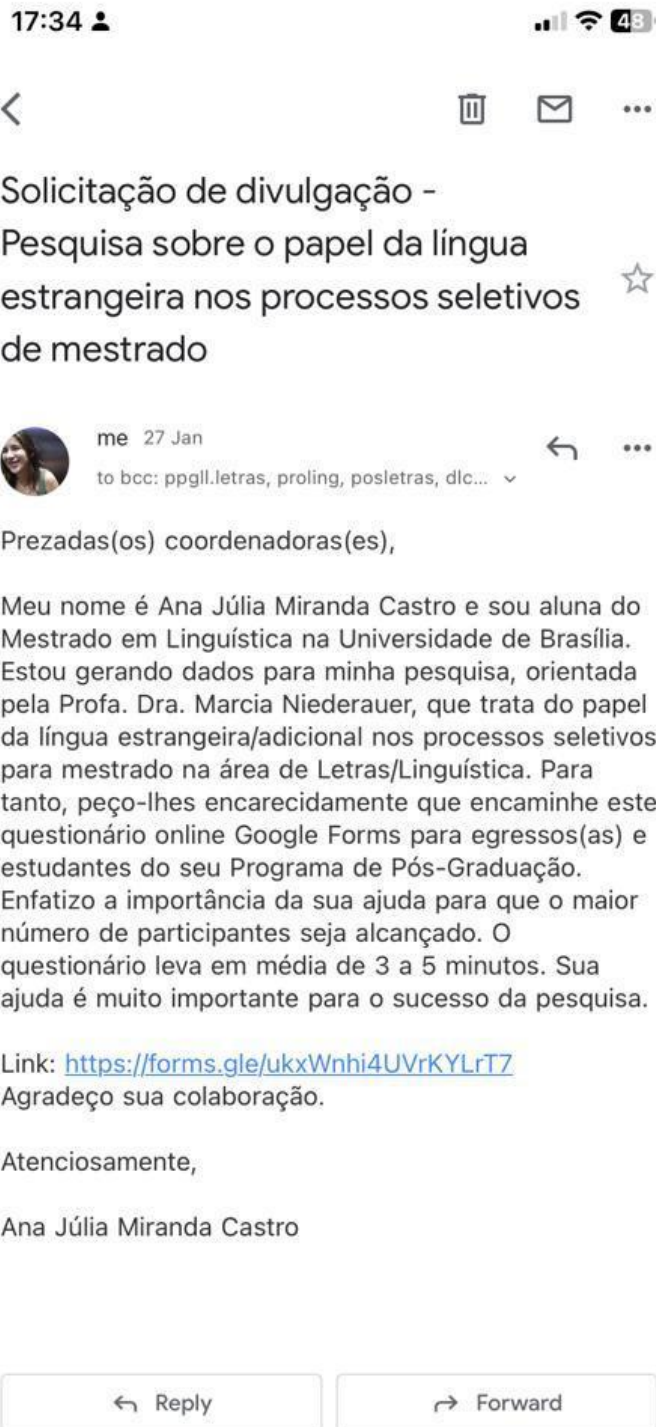
4. Na seleção para o Mestrado foi exigida comprovação de conhecimento/proficiência/suficiência em alguma Língua Estrangeira?

- Sim
 - Não (FIM)
 - Não lembro (FIM)
5. De que forma você comprovou conhecimento/proficiência/suficiência em língua estrangeira/segunda língua?
- Por meio de certificados internacionais de proficiência
 - Por meio de certificado de proficiência de escolas de idiomas
 - Por meio de prova aplicada pelo Curso/Programa/Centro de línguas da Universidade
 - Por meio da minha graduação em uma língua estrangeira/segunda língua
6. Em qual língua você comprovou conhecimento/suficiência/proficiência?
- | | |
|----------|-----------|
| Inglês | Armênio |
| Espanhol | Chinês |
| Francês | Coreano |
| Alemão | Hebraico |
| Italiano | Russo |
| Japonês | Português |
| Árabe | Outra(s) |
7. Por que você escolheu essa língua?
- Porque é próxima à minha língua materna
 - Porque sou bacharel/licenciado(a) nesta língua
 - Porque tenho familiaridade com esta língua
 - Porque estudei esta língua na escola/cursos
 - Porque eu não tinha outra opção
 - Outro:
8. A proficiência/suficiência que você comprovou, no processo de seleção, reflete sua capacidade de usar (oralmente ou na escrita/leitura) essa língua?
- Sim
 - Não
 - Não sei dizer
9. Durante o mestrado, você usou essa língua para
- Realizar leituras para a dissertação
 - Fazer trabalhos em disciplinas
 - Escrever artigos
 - Interagir com pesquisadores(as) estrangeiros(as)
 - Participar de eventos acadêmicos
 - Não utilizei
 - Não me lembro
 - Outro:

OBRIGADA!

ANEXOS

Anexo 1



Anexo 2



Your post

**Ana Júlia Miranda** **Bolsistas CAPES**
(oficial)

25 Jan 2022

Olá pessoal, tudo bem?

Meu nome é Ana Júlia Miranda Castro e sou aluna do Mestrado em Linguística na Universidade de Brasília. Estou gerando dados para minha pesquisa que trata do papel da língua estrangeira/adicional nos processos seletivos para mestrado na área de Letras/Linguística. Para tanto, peço-lhes que caso sejam mestres na área de letras/linguística/tradução colaborem respondendo o questionário que leva em média de 3 a 5 minutos. Sua ajuda é muito importante para o sucesso da pesquisa.

Agradeço sua colaboração.

OBS: A pesquisa é aplicável apenas àqueles que sejam mestres na área de letras/linguística/tradução.

Questionário L.E. no Mestrado

Este questionário é parte da pesquisa "Política e Linguística em editais de seleção para cursos de pós-graduação em Letras/Linguística", desenvolvida por Ana Júlia Miranda Castro, que estuda o papel das línguas estrangeiras/línguas adicionais nos processos seletivos para mestrado em linguística/linguística aplicada/letras/estudos linguísticos/estudos da língua/gen/letratura/estudos literários/tradução/estudos de tradução. Sua participação é voluntária, livre e totalmente anônima. A pesquisadora pode ser contatada/comunicada a qualquer momento que você julgar necessário, através do e-mail ajmcastro@unb.br. Apenas a pesquisadora e sua orientadora, Profa. Dra. Maria Nêberauer, terão acesso às respostas ao questionário. Ressalta-se ainda que você pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Ao aceitar responder o questionário, você declara que está ciente da natureza de sua participação.

***Required**

Você aceita participar dessa pesquisa? *

Sim

Não

DOCS.GOOGLE.COM

Questionário L.E. no Mestrado

Rules



Write a comment...

